

Regina Aparecida Davalle

A FRENTE AMPLA: UM FENÔMENO DE CRISE E DESLOCAMEN-
TO DE REPRESENTAÇÃO (1966-1968)

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Conjunto
de Ciência Política do
Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas da
Universidade Estadual
de Campinas - UNICAMP -
sob a orientação do
Prof. Dr. Décio Saes.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	p. 1
Cap. I - <u>O Sistema Partidário no pós-64.</u>	
1. Bipartidarismo e exclusão política	p. 16
2. Forças Armadas: 'partido da Revolução' .	p. 28
3. Frente Ampla: Partido ou 'frente política'? A questão do terceiro partido	p. 32
Cap. II - <u>A Política Econômica no pós-64.</u>	
1. Interesses econômicos incorporados pelo regime militar	p. 42
2. Interesses econômicos não incorporados pelo regime militar	p. 52
Cap. III - <u>A Frente Ampla: Um Fenômeno de Crise e Deslocamento de Representação</u>	
1. Frente Ampla: resposta extra-parlamentar à crise partidária	p. 65
2. A Frente Ampla e os interesses da média-burguesia industrial	p. 72
3. As Dificuldades da Frente Ampla	p. 78
4. O Fracasso da Frente Ampla	p. 81
Conclusão	p. 85
Bibliografia	p. 86

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Décio Saes, sou profundamente grata pelas questões que levantou durante sua paciente orientação e que muito contribuíram para a elaboração deste trabalho.

Agradeço também a colaboração e o incentivo de to dos os amigos.

INTRODUÇÃO

1. TEMA DA PESQUISA

O regime instaurado no Brasil com o movimento político-militar de 1964 ocasionou o que Linz caracterizou como uma "desmobilização deliberada", ou seja, a "desmobilização de uma população anteriormente mobilizada dentro de uma situação mais competitiva, na qual no entanto as instituições políticas não eram capazes de satisfazer as exigências criadas pela mobilização nem de garantir processos estáveis de mudanças política e social".¹

Tal política, desenvolvida pelo Governo militar, atingirá a classe trabalhadora e seus órgãos representativos, bem como os partidos políticos, dificultando o surgimento de novas lideranças civis ou mesmo militares fora do grupo de poder dentro do Estado. Bem ou mal, no pré-64 havia um sistema partidário mais ou menos bem organizado, se bem que, dentro da política populista vigente no período, as massas dispensassem os partidos, preferindo um contato direto com o "líder", que encarnaria a figura do "Estado".² Mas de qualquer forma havia uma margem de barganha entre o Executivo e as massas, e a participação nela de partidos que tinham condições de exercer um controle sobre as decisões do Executivo já conferia um caráter mais "democrático" ao regime, permitindo o surgimento de novas lideranças.

A vitória do movimento político-militar de 1964,

(1) LINZ, Juan. The Future an Authoritarian Situation or the Institutionalization of an Tuthoritarian Regime: The Case of Brazil. In: STEPAN, A. Authoritarian Brazil: Origins, Policies and Future, New Raven, Yale Univ. Press, 1973, p. 233 a 254.

(2) WEFFORT, F. O Populismo na Política Brasileira, RJ, Paz e Terra, 1978.

com o consequente controle estabelecido pelos militares através do aparelho de Estado, implicará uma mudança drástica nas regras do jogo político até então vigentes. A edição do AI-2 em 1965 significará a extinção dos partidos políticos tradicionais. A 'classe política' remanescente terá então de se agrupar em torno dos dois partidos recém-criados: a ARENA, partido do Governo, ou o MDB, partido da Oposição (pejorativamente caracterizado nos noticiários da imprensa como "oposição consentida"). É interessante notar, contudo, que os novos partidos não foram criados com a finalidade de legitimar a chamada 'Revolução de 1964', ou mesmo o regime que se esboçava naquele momento. Como bem foi salientado no preâmbulo do AI-1: "... a Revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções a sua legitimação".³

A pouca importância atribuída aos partidos políticos pelo regime que se estava formando torna-se mais explícito, ao analisarmos os comentários do General Jayme Portella de Mello acerca do pedido de apoio político feito a Juscelino Kubitschek pelo então 'candidato' à Presidência da República, General Humberto de Alencar Castelo Branco. Segundo Jayme Portella de Mello, tal pedido de apoio político era algo perfeitamente "dispensável", porque quem o "Comando Revolucionário indicasse seria eleito, do contrário, o Congresso se estaria rebelando e poderia sofrer as sanções correspondentes. Bastaria que o Comando Revolucionário mandasse dizer aos Presidentes das duas Casas Legislativas e aos líderes dos partidos que o candidato Castelo Branco teria que ser

(3) MELLO, Jayme Portella de. A Revolução e o Governo Costa e Silva, RJ, Guavira, 1979, p. 186.

eleito, como se fez, mais tarde, em outros casos".⁴

Diante disto, tornou-se evidente que os novos partidos recém-criados teriam muito pouca ou mesma nenhuma chance de influir como força civil no novo regime. A ARENA e o MDB teriam, como afirma Linz, a finalidade de dar uma aparência democrática ao regime no Exterior, uma vez que um partido único seria facilmente associado com o fascismo, e um "partido único fascista está certamente fora de moda".⁵ Internamente, justificou-se a manutenção do Congresso, a fim de transmitir à nação um clima de tranquilidade, de normalidade política, clima este, essencial para a realização dos objetivos da 'revolução'.^{*}

Esta exclusão dos partidos políticos do processo decisório originou uma série de protestos da 'classe política' (tanto da Oposição como da ARENA) e o surgimento de movimentos extrapartidários, muitos de vida bem curta, porém, sem dúvida nenhuma, a expressão do descontentamento dos políticos diante da certeza da pouca validade dos partidos, numa situação onde as decisões eram tomadas a priori, antes de chegar ao Congresso.

Feitas estas considerações preliminares, chegamos enfim ao tema desta dissertação: a Frente Ampla, movimento extrapartidário, surgido em setembro de 1966 e extinto em abril de 1968, e que uniu em sua cúpula políticos de tendências tão diversas como Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek

(4) Jayme Portella de Mello, Op. cit., p. 202.

(5) Juan Linz, Op. cit., p. 250.

(*) Sobre a mesma questão, o General Jayme Portella afirma em suas memórias: "... Não convinha fechar o Congresso para não dar a impressão desfavorável no Exterior de que era uma revolução semelhante a tantas ocorridas na América Latina e também credenciá-la internamente, porque o Supremo Comando da Revolução queria a participação daquele poder e, nunca, resvalar para a ditadura ..." (Jayme Portella de Mello, Op. cit., p.186). É o velho medo de que a 'revolução' fosse con

e João Goulart. Tentaremos caracterizar a Frente Ampla como a expressão de um fenômeno de crise de representação e deslocamento de políticos profissionais rumo à representação de outra classe. As dificuldades deste deslocamento, isto é, as dificuldades dos setores oposicionistas de fazerem política naquela conjuntura, as dificuldades instrínsecas da própria Frente Ampla, bem como a desarticulação dos setores contactados, são questões a serem abordadas no decorrer deste trabalho.

Até o presente momento, nenhum trabalho publicado e amplamente divulgado tomou a Frente Ampla como centro de análise. Menções são feitas à Frente Ampla em relatos memorialísticos de militares e políticos que viveram aquele período. O noticiário de imprensa deu ampla cobertura ao movimento. Historiadores e analistas políticos preocupados com o período em questão também mencionam a Frente Ampla, mas são raros os que avançam um pouco além da mera descrição fática do movimento. Essas obras, no entanto, são importantes na medida em que permitem a reconstrução do movimento, motivo pelo qual passamos a fazer um inventário de tais obras. Salientamos, porém, que escolhemos os trabalhos considerados mais significativos em termos de informações para o tema em estudo, e deixamos outros de lado a fim de evitar uma repetição desnecessária.

Dentre os trabalhos consultados, "Os Militares no Poder", do jornalista Carlos Castello Branco^{6*}, é o mais

fundida com uma simples quartelada, tão comum na América Latina. A manutenção de um Congresso - ainda que desprovido de condições de exercer influência ao nível do processo decisório - servia para transmitir externa e internamente um clima de normalidade política, algo incomum em movimentos militares da América Latina.

(6) BRANCO, Carlos Castello. Os Militares no Poder, RJ, No

precioso em informações sobre a Frente Ampla, justamente por ser uma compilação de artigos escritos sobre os acontecimentos do dia-a-dia. É bem verdade que os artigos, por terem sido escritos ao calor dos fatos, são desprovidos de uma análise mais profunda, o que dificulta detectar o enfoque teórico adotado pelo autor. O próprio jornalista salienta ser o seu "depoimento à margem da história", pretendendo dar apenas uma "visão parcial e contemporânea de situações complexas, repetitivas, monótonas, mas apaixonantes".⁷

Daí, ser esta obra fundamental para a reconstrução histórica do movimento, pois é justamente na passagem de "situações repetitivas, monótonas" do dia-a-dia que se percebem os avanços e recuos da Frente Ampla diante do Estado militar. O crescente conflito entre Castelo Branco e Lacerda, o acordo de Lisboa e o surgimento da Frente Ampla, o Pacto de Montevideu e sua repercussão, a esperança frustrada da abertura política a ser realizada pelo Governo Costa e Silva e, finalmente, a dissolução da 'frente' e o fechamento do regime com a edição do AI-5 são alguns dos temas tratados minuciosamente por Carlos Castello Branco.

Outro trabalho importante para o tema em estudo é o livro "O Governo Castelo Branco" de Luís Viana Filho.⁸ Chefe da Casa Civil do Governo Castelo Branco, Luís Viana descreve de forma minuciosa o crescente conflito entre o presi-

va Fronteira, 1978, Vols. I/II.

(*) A "Cronologia dos Governos Castelo Branco e Costa e Silva, organizada por Lúcia Maria Gaspar Gomes, editada pela Revista Dados números 2, 3 e 4, é também uma obra importantíssima no sentido de permitir uma reconstrução pormenorizada dos passos da Frente Ampla, bem como da política ecônomica desenvolvida pelo Governo Costa e Silva.

(7) Carlos Castello Branco, Op. cit., p. 9.

(8) FILHO, Luís Viana. O Governo Castelo Branco, RJ, José Olympio, 1976.

dente e Carlos Lacerda, que culminou com o rompimento e a formação da Frente Ampla. Restringindo-se porém, como o próprio título da obra indica, aos acontecimentos do primeiro Governo militar, este livro não aborda diretamente o desenvolvimento da Frente Ampla e sua repercussão nos meios civis e militares.

A formação da Frente Ampla é tratada de forma muito superficial pelo autor, que se limita a qualificar a Frente Ampla como um mero "sensacionalismo" de Lacerda, que, vendo "malogrado o partido que imaginara organizar, buscou algo sensacional, que bem poucos concebiam: reconciliar-se com os ferrenhos adversários a quem havia injuriado e que lhe haviam pago na mesma moeda".⁹ A 'frente' é caracterizada como "excessivamente artificial e contraditória".¹⁰

Assim, embora a obra de Luís Viana Filho seja importante para a caracterização do primeiro Governo militar, na questão da Frente Ampla o autor se detém muito pouco, o que deixa uma série de lacunas acerca de questões como: programas político e econômico da Frente Ampla, interesses de classe incorporados, a questão do terceiro partido.

Da mesma forma que os demais autores, o livro do General Jayme Portella de Mello¹¹ também trata de forma muito superficial o movimento político denominado Frente Ampla, embora, como depoimento acerca da 'revolução', do Governo Castelo Branco e do Governo Costa e Silva, a obra não seja desprovida de interesse.

Com relação à Frente Ampla, Jayme Portella a vê como um instrumento de Lacerda: "se conseguisse a eleição

(9) Luís Viana Filho, Op. cit., p. 463.

(10) Idem, p. 464.

(11) Jayme Portella de Mello, Op. cit.

direta, o Sr. Carlos Lacerda teria uma estrutura funcionando, com homens que já haviam criado interesse comum e que o implementariam para a conquista do poder, transformando a Frente em partido. Caso não conseguisse a eleição direta, procuraria criar sublegendas que permitiriam ao Sr. Carlos Lacerda disputar a sucessão ao Congresso".¹¹² A tentativa de Lacerda de aproveitar-se da "agitação estudantil" do período teria levado o dito General, como chefe do Gabinete Militar de Costa e Silva e Secretário do Conselho de Segurança Nacional, a fazer "exposição de motivos", pedindo o fechamento da Frente Ampla.¹³

Assim, Jayme Portella considera a Frente Ampla como um organismo criado exclusivamente para satisfazer as ambições pessoais de Lacerda. Questões como Frente Ampla/Partido da Oposição, setores que a 'frente' representaria, bem como o seu programa não são mencionados.

Não negamos que Lacerda, como um exemplo típico de político profissional, não quisesse ser presidente, mas também sabemos que, se não houvesse interesses de frações de classe, descontentes com o Governo militar, não haveria espaço político para a formação de um movimento extrapartidário como a Frente Ampla.

Para finalizarmos esta parte, faremos agora comentários sobre três trabalhos, que, por transcenderem o factual, se tornam importantíssimos para o tema em estudo.

Um destes trabalhos é a tese de Décio Saes¹⁴, que lança algumas idéias sobre os interesses que a Frente Ampla tentaria incorporar. Para este autor, a Frente Ampla "representou uma tentativa de certos setores da antiga classe polí

(12) Jayme Portella de Mello, Op. cit., p. 483.

(13) Idem, p. 538.

(14) SAES, Décio. Classe moyene et systeme politique au Brésil, Paris, 1974, mimeografado.

tica de encarnar as aspirações antitiditatorias da média burguesia", que, "descontentes com a política de expansão do grande capital e a neutralização do Parlamento", aspiravam em 1968, "à recomposição, pela via da democracia parlamentar, de sua influência sobre a política de desenvolvimento", sem, contudo, retornar ao populismo.¹⁵ Tais colocações constituem pontos importantes para a análise da Frente Ampla, pois permitem divisar os interesses que não foram incorporados pelo Estado militar e, conseqüentemente, a existência de setores sem representantes. Logo, havia espaço para o surgimento de um movimento extrapartidário como a Frente Ampla.

O mesmo autor coloca mais adiante que "ao longo de 1967 a Frente Ampla hesitara entre uma linha clara de oposição ao Estado militar e a constituição de uma corrente política de apoio às tendências 'democráticas' existentes no interior da camada militar dirigente".¹⁶ Não é explorado pelo autor, no entanto, a força que tinham no interior da camada militar as "tendências democráticas" diante da 'linha dura'. O autor também não faz nenhuma alusão aos articuladores da Frente Ampla.

Outro trabalho importante para a análise da Frente Ampla é o artigo de Sebastião Velasco e Carlos B. Martins¹⁷. Tal artigo coloca algumas questões interessantes sobre a Frente Ampla e o partido da Oposição - o MDB. Segundo estes autores, o fato da Frente Ampla ter-se constituído numa "alternativa política por fora da ordem legal e do quadro constitucional vigentes", ou seja, incluindo "lideranças afasta-

(15) Décio Saes, Op. cit., p. 326.

(16) Idem, p. 328.

(17) CRUZ, Sebastião Velasco e MARTINS, C. E. De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-história da abertura. In: SORJ, B. e ALMEIDA, Maria H. Tavares de (orgs.). Sociedade e Política no Brasil pós-64, SP, Brasiliense, 1984, p. 15 a p. 61.

das pela revolução" e "ultrapassado as instituições representativas", significou, na prática, ignorar o partido constituído como Oposição - o MDB. Por outro lado, o comportamento do MDB "introduzia um fator sutil na marcha do processo histórico: tal como acontecera antes e iria se repetir depois, as forças oposicionistas mais agressivas avançaram sem arrastar consigo o resto da oposição; ao mesmo tempo, porém - e aqui está a sutileza - contaram com a sua simpatia ou, pelo menos, com sua complacência".¹⁸

Tal linha de interpretação é extremamente importante, porque serve para comprovar a ineficiência do sistema partidário recém-criado e a indecisão da Oposição 'oficial', situação esta que abria espaço para o surgimento de movimentos extrapartidários como a Frente Ampla. O tema torna-se mais interessante ainda quando constatamos que não apenas emedebistas entraram na Frente Ampla, mas também elementos pertencentes a ARENA (caso do Deputado Feu Rosa), embora raros. Contudo, nos Anais da Câmara e do Senado é bastante comum encontrarmos queixas de arenistas acerca da pouca atenção dada pelo Governo à ARENA e à defesa de movimentos extrapartidários, diante da fraqueza do bipartidarismo imposto pelo Governo militar.

Finalmente, faremos alguns comentários sobre a tese de doutoramento de Maria Helena Moreira Alves¹⁹, trabalho valioso para qualquer tema de pesquisa que abranja o período 1964/1984.

A autora, embora se detenha pouco na análise da Frente Ampla, apresenta alguns comentários interessantes para o tema de pesquisa em questão. Segundo ela, "a maturação do modelo econômico e a política repressiva dos governos pós

(18) Sebastião Velasco e Cruz e Carlos B. Martins, Op.cit., pp. 32-33.

(19) ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984), Petrópolis, Vozes, 1984.

-64 propiciaram uma aliança informal de vários setores da oposição, iniciada em 1967 e ~~transmudada~~ em movimento social de massa em 1968". Dentre estes "setores da oposição", a autora coloca o "movimento estudantil, dos trabalhadores e a Frente Ampla", como setores que "adquiriram força e coordenação suficientes para afetar em profundidade as estruturas políticas do país".²⁰

Especificamente sobre a Frente Ampla, a autora considera que, após o Pacto de Montevideu*, o movimento "começou a adquirir características de um partido político de oposição de amplas bases", uma vez que "a participação de Kubitschek e Goulart deu legitimidade à frente tanto em círculos políticos mais amplos quanto em setores sindicais e trabalhistas".²¹ Tal linha de interpretação é extremamente valiosa, pois serve para mostrar que havia um espaço político para o surgimento de um movimento como a Frente Ampla, espaço este que não era preenchido pelos partidos oficiais.

2. TEORIA E HIPÓTESES DE TRABALHO

Como já foi mencionado, o objetivo deste trabalho será o de examinar o movimento político denominado Frente Ampla, surgido em setembro de 1966 e extinto em abril de 1968. Tentaremos caracterizar a Frente Ampla como a expressão de um fenômeno de crise de representação partidária e deslocamento de políticos profissionais rumo à representação políti

(20) Maria Helena Moreira Alves, Op. cit., p. 115.

(21) Idem, p. 127.

(*) Em 25/09/67 Lacerda encontrou-se com o ex-presidente João Goulart em Montevideu, tendo os dois assinado um 'pacto político'. Tal pacto, passou a ser mencionado nos noticiários da imprensa como o "Pacto de Montevideu".

ca de outra classe.

A supressão dos partidos políticos tradicionais não implicou o desaparecimento das antigas lideranças. Estas subsistiram e, para continuarem fazendo política, precisaram encontrar um espaço para agir e interesses descontentes com o novo regime para representar.

O controle do aparelho de Estado pelos militares, a partir de 1964, implicou grandes mudanças nas regras do jogo político, até então vigentes. O Governo militar passou a representar certos interesses de classe antes assumidos pelos partidos tradicionais, e a excluir outros interesses; por outro lado, as antigas lideranças não engajadas no bipartidarismo recém-criado perderam seus antigos representados. Criou-se, portanto, a necessidade de abertura de um novo espaço para se fazer política e de novos interesses para representar.

Partimos, neste trabalho, da hipótese de que a Frente Ampla tentaria representar os interesses de setores descontentes com o Governo militar, em especial a média-burguesia industrial. Os militares passaram a representar os interesses do grande capital, ou seja, assumiram um papel que antes do Golpe de 1964 era exercido pelos partidos políticos tradicionais, em especial a ala lacerdista da UDN. O bipartidarismo recém-criado era ineficaz, devido à própria mudança das regras do jogo político. Diante disto, criou-se uma situação peculiar: existiam lideranças sem representados e interesses por representar. Daí, a abertura de um espaço extra-institucional para o aparecimento de um movimento como a Frente Ampla.

Num segundo momento, será analisado o que fez com que, a despeito das frações de classe que antes representavam, a despeito de suas origens de classe, estes políticos assumissem a representação de outros setores. Partimos, nes

te caso, da hipótese de que a existência de "políticos pro fissionais", ou seja, de homens que possuíam a "política co mo profissão principal" permitiria o deslocamento desta re apresentação.²²

É comum a muitos autores, ao analisarem um determi nado fato histórico, associar a ação do político à sua ori gem de classe, para explicar a sua atuação política. Entre estes autores, citamos Paulo Shilling, que, ao nalisar a fi gura de João Goulart, estabelece uma comparação entre o Jan go "populista" e o Jango "latifundiário". Para este autor , "o povo será traído pelo líder populista Jango", enquanto o "Sr. João Goulart, ao contrário, permaneceria sempre fiel a sua classe". Ou seja, "os interesses do imperialismo e da oligarquia sempre foram preservados por Jango".²³

Ora, sabemos que ninguém mais do que a oligarquia atacou Jango durante o seu Governo, por causa da reforma agrária.* Assim, acreditamos que a explicação não passa por esta via.

Segundo Weber, com o surgimento do Estado moderno apareceram duas figuras: a do "funcionário" e a do "político profissional". Enquanto o primeiro "não deve fazer política justamente devido à sua vocação: deve administrar, antes de tudo, de forma não partidária", ao segundo caberia justamen te o papel de "tomar partido, lutar, apaixonar-se".²⁴ Quanto à política, esta poderia ser exercida de várias maneiras : "ocasionalmente, como "profissão secundária" ou como "profis

(22) WEBER, Max. A Política como Vocação. In: WEBER, Max Ciência e Política: duas Vocações, SP, Cultrix, s/d.

(23) SHILLING, Paulo. Como se Coloca a Direita no Poder , SP, Global, 1979, Vol. I, p. 125.

(*) Não entraremos aqui no mérito desta reforma agrária. O que importa salientar é o fato de Goulart ter sido muito ata cado pelos latifundiários.

(24) Max Weber, Op. cit., pp. 78-79.

são principal".²⁵ No nosso caso, interessa-nos o indivíduo que exerce a política como ocupação principal, isto é, aquele político que, para sobreviver como profissional, tem que representar certos interesses, que não precisam ser necessariamente os interesses de sua classe de origem.

O que determinaria o comportamento deste tipo de político é a busca de posições no seio do aparelho de Estado e não as aspirações de sua classe de origem. O fato de ele ser um político profissional o colocaria acima dos seus interesses de classe, isto é, o político profissional gozaria de uma relativa autonomia perante a sua origem de classe, o que lhe permitiria, em caso de conflito com sua classe de origem, romper com esta e assumir os interesses de outras classes. Assim, é condição de sobrevivência do político profissional representar os interesses de classes. Se perder esta representação, ele perde sua profissão. O fato de ser um político profissional levaria estes políticos, em caso de uma crise de representação, a procurar outras classes ou frações de classe para representar, originando o deslocamento de representação.

Esta linha de interpretação descarta as explicações simplistas que tendem a colocar a origem de classe como fator fundamental para a explicação da postura política do indivíduo e permite entender, por exemplo, como um político como Carlos Lacerda, ferrenho defensor da entrada do capital estrangeiro no Brasil antes do movimento político-militar de 1964, passe posteriormente a levantar palavras de ordem em favor do nacionalismo e do empresariado nacional através da Frente Ampla. Permite também entender a união de políticos de tendências tão diversas como Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart num movimento como a Frente Ampla.

(25) Max Weber, Op. cit., p. 63.

O estudo da Frente Ampla servirá para mostrar quão falhas são estas interpretações. A crise de representação e o deslocamento de representação são fenômenos pouco estudados. Esperamos que o estudo da Frente Ampla, sirva para acrescentar mais alguns elementos ao esclarecimento deste tipo de processo político, contribuindo teoricamente para a análise do problema em questão.

3. MÉTODOS DE PESQUISA E FONTES

No trabalho de pesquisa para a elaboração desta Dissertação, recorreu-se fundamentalmente a fontes de informações como os jornais do período, Atas da Câmara e do Senado de Brasília e a testemunhos de personalidades participantes dos eventos. Subsidiariamente, foram consultados trabalhos que historicam o período, mesmo quando de baixo teor interpretativo, e obras de origem teórica. Baseado nisso, o trabalho de pesquisa resumiu-se a:

- * levantamento do material existente na Biblioteca do IFCH - UNICAMP: Atas dos Anais da Câmara e do Senado de Brasília no período 1966/1968;
- * levantamento do noticiário de imprensa disponível no Arquivo do Jornal "O Estado de S. Paulo";
- * levantamento do noticiário do "Jornal do Brasil" - Coluna do Castello, compilados no livro de Carlos Castello Branco, Os Militares no Poder, volumes I e II;
- * levantamento do material existente no Arquivo Carlos Lacerda da Universidade de Brasília: fundamentalmente o noticiário de imprensa (jornais e revistas) do período;
- * levantamento dos seguintes periódicos disponíveis na Biblioteca Roberto Simonsen:

* Boletim Informativo da FIESP-CIESP

- * Revista das Classes Produtoras
- * Desenvolvimento & Conjuntura
- * Problemas Brasileiros
- * O Dirigente Industrial

- * entrevistas com alguns dos participantes da política no pe ríodo;
- * leitura de relatos memorialísticos publicados por elemen -
tos que participaram da Frente Ampla, ou da política do pe
ríodo em estudo;
- * levantamento bibliográfico de fontes secundárias, tais co
mo livros e artigos de historiadores ou analistas políti -
cos, abrangendo o período 1964-1968.

Cap. I - O SISTEMA PARTIDÁRIO NO PÓS-64.

1. BIPARTIDARISMO E EXCLUSÃO POLÍTICA.

Uma ampla coalizão civil-militar foi responsável pela vitória do movimento político-militar de 1964 no Brasil. Tal movimento incluiu quase todas as facções da classe dominante, bem como "setores da pequena-burguesia, profissões liberais e da nova classe média burocratizada, com suas respectivas representações no plano partidário". Quanto à área militar, a coalizão incluía os "legalistas históricos" como o próprio Castelo Branco e "conspiradores" natos como Ademar de Queirós, Sílvio Heck, Albuquerque Lima entre outros.¹

Os grandes partidos como o PSD, a UDN e o PSP apoiaram o movimento político-militar de 1964. Políticos profissionais como Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Ademar de Barros conspiraram abertamente para a derrubada do Governo do então presidente João Goulart. Tais políticos foram considerados líderes civis do movimento político-militar de 1964, embora posteriormente tenham sido excluídos não apenas de ocupar posições no seio do aparelho de Estado, como tiveram seus direitos políticos cassados - feita exceção a Magalhães Pinto, que ocupou a pasta do Ministério das Relações Exteriores no Governo Costa e Silva.*

Vitorioso o movimento, o Supremo Comando Revolucionário editou a 09 de abril de 1964 um Ato Institucional que atribuía amplos poderes ao Executivo, mudando temporariamente

(1) Sebastião Velasco e Cruz e Carlos E. Martins, Op. cit., p. 16.

(*) Ademar de Barros teve seus direitos políticos cassados pelo AI-1, enquanto Carlos Lacerda teve seus direitos políticos cassados pelo AI-5 (dezembro de 1968).

as regras da política democrática. O Ato estabelecia a eleição do novo presidente para dentro de dois dias após a publicação do referido ato. O General Humberto de Alencar Castelo Branco, coordenador da conspiração militar que derrubou o Governo João Goulart, era o preferido dentro da área militar. Sua candidatura era dada como um fato irreversível. Castelo foi 'eleito' pelo Congresso com 361 votos, contra três votos dados a Juarez Távora e dois votos ao ex-presidente Dutra.²

Com o primeiro Ato Institucional, iniciaram-se as cassações que atingiram intensamente o Legislativo.

As cassações de parlamentares tiveram um objetivo definido: modificar a composição do Legislativo, de tal forma que este não representasse um empecilho às decisões do Executivo. Para o Governo militar, a situação de crise pela qual passava o país tinha uma causa específica: a política populista vigente no período 1945-1964. Eliminando do Parlamento aqueles políticos considerados mais combativos, o Executivo tentava eliminar a prática das coligações entre os partidos - mais precisamente a coligação entre os dois maiores partidos do Parlamento: o PSD e o PTB. Entre 1945 e 1964, a coligação PSD-PTB era praticamente imbatível nas eleições, derrotando sempre a conservadora UDN. Da coligação PSD-PTB dependia a aprovação ou não de muitos projetos enviados pelo Executivo. O Governo de Juscelino Kubitschek era um exemplo de quão forte poderia ser a coligação PSD-PTB. Segundo Maria Victória Benevides, a coligação PSD-PTB atingiu o seu "ponto ótimo" no Governo de Juscelino Kubitschek (1956 - 1961), sendo que o "Congresso deu apoio efetivo a Kubitschek através da aliança majoritária PSD-PTB e dos pequenos partidos (...), pois o governo representava, objetivamente, os

(2) Luís Viana Filho, Op. cit., p. 59.

interesses da maioria parlamentar".³ Logo, era extremamente importante para o Governo militar alterar a composição do Parlamento. Para um governo oriundo de um Golpe militar e que não tinha intenções de representar os "interesses da maioria parlamentar", era muito perigoso um Parlamento com condições de intervir efetivamente no processo decisório. Isto poderia significar a não aprovação pelo Congresso de leis consideradas cruciais pelo Executivo, o que equivale a dizer a possibilidade de uma oposição efetiva por parte do Parlamento ao Executivo. Neste contexto, a política de cassações foi a solução adotada pelo Governo militar visando a alterar a composição do Congresso. Com esta política, o Governo intimidava o Parlamento - sempre permaneceria entre os parlamentares o receio de novas cassações - e ao mesmo tempo tornava impotentes os protestos dos parlamentares. Por outro lado, impediu a prática das coligações, principalmente entre o PSD e o PTB. Com as cassações, o Governo pretendia atingir principalmente o PTB, mas, com o objetivo de evitar a coligação PSD-PTB, o Governo não hesitaria em cassar também mandatos de parlamentares do PSD. Segundo Maria Helena Moreira Alves, "dos 40 membros do Congresso que perderam seus mandatos na primeira lista que acompanhou a promulgação do AI-1, 18 pertenciam ao PTB, 4 ao PSP, 3 ao PSD, 3 ao PSB, 3 ao PST e 3 ao PDC. Os demais não tinham filiação partidária mencionada. As subseqüentes listas de cassações de mandatos de parlamentares federais elevaram a 50 o total, para o ano de 1964. Além disso, ainda no primeiro ano, o PTB perdeu 4 suplentes e o PSD, um senador, Juscelino Kubitschek. O resultado foi a mudança da composição do Congresso Nacional e o enfraquecimento de seu potencial de resistência às iniciativas legais

(3) BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. O Governo Kubitschek, RJ, Paz e Terra, 1979, p. 70.

do Executivo".⁴ Quanto à UDN, partido conservador, foi totalmente poupada dos expurgos, pois ela "forneceria a principal base de apoio político-parlamentar do novo Estado".⁵

Outras medidas foram tomadas no sentido de beneficiar a UDN. Através de reformas promovidas na administração pública, o Governo Castelo Branco "destruía as fontes de alimentação das práticas clientelistas que bloqueavam a alternância no poder". Com isto "fechava as portas do tesouro e dos empregos públicos aos dirigentes do PSD e do PSP". Por outro lado, com a "proposta de Reforma agrária, inspirada no conceito de imposto territorial progressivo", o Governo militar atingia "os currais eleitorais do PSD". E, finalmente, "as reformas promovidas na Previdência Social e no Ministério do Trabalho retirava do PTB uma gigantesca fonte de recursos financeiros e políticos".⁶

Com a realização de todas estas alterações, o Governo Castelo Branco sentiu-se suficientemente forte para obedecer ao calendário eleitoral e promover eleições diretas para 11 Estados da federação, cujos mandatos de governadores expiravam em 1965 - apesar dos protestos de militares da 'linha-dura' e de alguns políticos como Magalhães Pinto que eram contra a realização de eleições diretas naquele momento.⁷ A Emenda Constitucional nº 14, promulgada em 3 de junho de 1965 - a Lei de Inelegibilidades - visava a impedir candidaturas não desejáveis pela 'revolução'.

Apesar de todas as providências tomadas com o objetivo de impedir candidaturas consideradas indesejáveis, a Oposição conseguiu vencer em 5 dos 11 Estados da federação,

(4) Maria Helena Moreira Alves, Op. cit., p. 61.

(5) Idem, p. 63.

(6) Sebastião Velasco e Cruz e Carlos E. Martins, Op. cit., p. 19.

(7) Luís Viana Filho, Op. cit., p. 296 e p. 298.

entre os quais figurava Minas Gerais e Guanabara - Estados nos quais o Governo militar tinha intenção de vencer as eleições.

A vitória da Oposição nestes Estados provocou uma forte reação dentre aqueles setores do Exército contrários às eleições diretas naquele momento. Diante da decisão de Castelo de dar posse aos governadores eleitos e sob a pressão da 'linha-dura', o Governo editou o segundo Ato Institucional. Com o AI-2, o Governo "estabeleceu a eleição indireta para a presidência da República, autorizou a cassação de mandatos de parlamentares e a suspensão de direitos políticos, abriu caminho para a intervenção nos Estados, facilitou a decretação do estado-de-sítio e - o que nos interessa mais de perto - extinguiu todos os partidos políticos".⁸ Ao mesmo tempo, estabeleceu as condições para a reorganização partidária no país.

A nova reorganização partidária do país significará a introdução do bipartidarismo no Brasil. Os parlamentares tiveram de se agrupar em torno de um dos dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) - partido do Governo-, ou em torno do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) - partido da Oposição.

O MDB, como partido da Oposição, teve grandes dificuldades na sua formação: não conseguia atingir o número de senadores exigidos pela legislação para formar a bancada oposicionista. Com a interferência do próprio Castelo, a 'oposição' conseguiu organizar-se, "não sem antes hipotecar solida-riedade ao Governo Federal".⁹ Dentre os objetivos propostos pelo novo partido, destacaram-se "a defesa da ordem jurídica e dos direitos da pessoa humana, o desenvolvimento econômi

(8) Lúcia Maria Gaspar Gomes, Op. cit., p. 122.

(9) Idem, 123.

co, austeridade administrativa, e, no plano externo, a execução de uma política de afirmação nacional e de integração da América Latina".¹⁰

Com o intuito de evitar a oposição parlamentar e afastar definitivamente a prática das coligações, o que significa dizer, manter a unidade dentro do partido situacionista, o Governo introduziu o conceito de fidelidade partidária, "inicialmente vinculado apenas às eleições indiretas que se realizariam no ano seguinte, mas posteriormente institucionalizado".¹¹

As modificações introduzidas no sistema partidário significaram a reafirmação por parte do Governo militar do firme propósito de governar acima dos partidos políticos e um aviso explícito de que a 'revolução' não aceitaria uma oposição efetiva ao regime que se institucionalizava. Como salienta Marcus Figueiredo, com o AI-2 "firma-se a posição de maior peso relativo do executivo na balança de poder nacional, ampliando-se, ainda mais, as áreas de exercício privado do poder político".¹²

O Governo Costa e Silva não alterou esta situação. Costa e Silva se apresentava bastante contraditório: era a esperança de alguns setores descontentes com a política econômico-financeira do Governo Castelo Branco, ou que ansiavam por uma normalização democrática do país com a revogação da legislação legada pelo primeiro Governo revolucionário. Por outro lado, representava a esperança contrária da 'linha -du- ra', que acreditava que o regime deveria radicalizar-se mais ainda.

(10) Lúcia Maria Gaspar Gomes, Op. cit., p. 123.

(11) FIGUEIREDO, Marcus F. A Política de Coação no Brasil pós-64. In: KLEIN, Lúcia e FIGUEIREDO, Marcus. Legitimidade e Coação no Brasil pós-64, RJ, Forense, 1978, p. 136.

(12) "A noção de exercício privado do poder decorre da forma pela qual o governo o exerce: os mecanismos de tomada de decisão podem ser públicos ou privados. Neste último caso,

Uma vez na Presidência, Costa e Silva introduziria certas mudanças na política econômica-financeira - por exemplo, o afrouxamento do crédito para o setor privado -, mas tais alterações não ocasionaram uma mudança no modelo econômico cuja meta principal era debelar a inflação e atrair investimento estrangeiro para o Brasil.* E a tão esperada 'abertura política' não ocorrerá, pelo contrário, o regime tenderá a radicalizar-se, culminando com a edição do AI-5 em dezembro de 1968.

Com o descrédito no Governo Costa e Silva, vem o descrédito com a 'revolução' e a certeza do enfraquecimento dos partidos e das lideranças civis: "... o esperado reencontro do País com a Democracia nos parece remoto, pois é lamentável que o movimento de 31 de março se revele mais áspero e mais discricionário no seu comportamento político. O que se pode saber é que essa insurreição armada teria se justificado como solução de emergência, para alterar o curso da ordem pública, mas sem prejuízo do Poder Civil, que deveria manter-se ileso e mais forte..."¹³

Os protestos de parlamentares, tanto da ARENA como do MDB, com relação à marginalidade imposta aos partidos políticos, tornaram-se cada vez mais freqüentes. O encontro da ARENA com o Presidente Costa e Silva em outubro de 1967 revelou-se um fracasso total. Os arenistas pretendiam sugerir ao Presidente a Reforma Constitucional, com a volta às eleições diretas - forma de esvaziar politicamente a Frente Ampla -

diz Wanderley Guilherme dos Santos: "O exercício privado do poder público (se realiza) mediante decretos-leis do Executivo. Isto é, o poder político é exercido privadamente quando a sociedade como um todo ou suas entidades de representação (por exemplo, os partidos políticos) perdem o direito de veto, de controle sobre as decisões do Executivo". Citado por Marcus Figueiredo, Op. cit., p. 133.

(*) Os castelistas temiam que uma vez na Presidência, Costa e Silva rompesse, sob a influência do nacionalismo da 'linha-dura', com as diretrizes do Governo Castelo Branco, ocasião

bem como mudanças na política salarial. Esse encontro revelou-se uma "decepção" para os arenistas, como observou o Deputado Marcos Kertzman: "quando o presidente convocou as lideranças do seu Partido ao Palácio houve quem esperasse que, afinal, diante dos percalços políticos sofridos pela atual administração, o chefe do Governo se disporia a estabelecer um modus vivendi com a ARENA, conciliando as aspirações revolucionárias com as também legítimas aspirações dos políticos governistas. Aguardava-se um diálogo (...). O diálogo não houve. O que aconteceu foi uma longa dissertação (...) do dirigente supremo deste País sobre as filiais obrigações que a ARENA lhe deve, não perturbando sua obra..." E acrescentou: "gostaríamos de poder ter, ao menos, condições de apoiar o Sr. Presidente da República naquilo que de bom se faz neste país e neste Governo. Nem isso ao menos nos é permitido".¹⁴

Neste contexto é fácil entender o descontentamento de parlamentares, tanto da ARENA como do MDB, com o bipartidarismo, freqüentemente classificado de "artificial", e com relacionamento Executivo/Legislativo.

É dentro da estreiteza do bipartidarismo brasileiro que temos de entender o surgimento de movimentos extrapartidários como a Frente Ampla de Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart. Segundo Marcus Figueiredo, a "refor-

nando o "ressurgimento da inflação ou o nacionalismo econômico na administração". Mas, como bem salientou T. Skidmore, "tal receio não se materializou, pois a política econômica passou para as mãos de tecnocratas que ideologicamente pensavam praticamente da mesma forma que os membros da equipe que os precedera". SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Castelo a Tancredo, RJ, Paz e Terra, 1988, p. 147.

(13) Deputado Anapolino de Faria (MDB-GO), Anais da Câmara dos Deputados, Brasília, 161ª sessão, 05/10/67, Vol. 23, pp. 808-809.

(14) Deputado Marcos Kertzman (ARENA-AL), Anais da Câmara dos Deputados, Brasília, 166ª sessão, 11/10/67, Vol. 24, p. 536.

ma partidária e a introdução do conceito de fidelidade partidária" não impediram, de início, a formação de "alianças políticas", ou seja, "a tônica das alianças políticas" continuou a ser "individualista". Isto "tornou possível o aparecimento de um movimento catalisador das oposições ao regime como a Frente Ampla".¹⁵

A Frente Ampla tentava neste momento apresentar-se como a solução para aqueles setores descontentes com o rumo que a 'revolução' havia tomado. Pretendia, a curto prazo, introduzir mudanças no regime.

Colocando-se acima dos partidos, a Frente Ampla abrigou em seu interior parlamentares tanto da ARENA - embora poucos - como do MDB. Durante um certo tempo, pensou-se em transformar a Frente Ampla num terceiro partido - assunto este que será tratado no terceiro item deste capítulo. Criticada e elogiada tanto por parlamentares da ARENA como do MDB, a Frente Ampla foi aos poucos afirmando-se, sendo considerada por muitos parlamentares como a solução para se fugir da "monotonia do bipartidarismo, que ninguém aceitou, mas contra o qual ninguém tem coragem de tomar uma decisão de luta..."¹⁶ Para a Oposição a Frente Ampla representou uma opção bastante atraente para se fazer política, já que dentro do sistema partidário vigente o Governo sempre acabava vencendo no Congresso e na Câmara. Se o Legislativo se negava a aprovar as medidas enviadas pelo Executivo, tais medidas entravam em decurso de prazo ou, então, o Governo adotava a medida por decreto-lei. O resultado dessa situação foi um "desestímulo para a atividade oposicionista no Congresso e um estímulo evidente a ações extraparlamentares e extrapartidárias".

(15) Marcus Figueiredo, Op. cit., pp. 137-138.

(16) Deputado Anacleto Campanella (MDB-SP), Anais da Câmara dos Deputados, Brasília, 139ª sessão, 14/09/67, Vol. 20, pp. 713-714.

rios como a Frente Ampla".¹⁷

A pouca validade atribuída ao sistema partidário pelo executivo foi comprovado pela sua atitude em relação à Frente Ampla e ao partido governista - a ARENA. Em nenhum momento o Governo acionaria o seu "dispositivo político" através da ARENA para que esta combatesse a Frente Ampla. Movimentos extrapartidários como a Frente Ampla não mereceram dos Governos Castelo Branco e Costa e Silva um reconhecimento aberto. A atitude dos dois primeiros governos militares com relação ao movimento foi de expectativa. Não houve, inicialmente, um enfrentamento direto entre o Governo e a Frente Ampla. É bem verdade que, no decorrer das atividades da Frente Ampla, existiria uma crescente hostilidade do Governo em relação ao movimento. As sucessivas ameaças de confinamento de Juscelino Kubitschek, a proibição de Lacerda de aparecer na televisão, a entrevista do Ministro da Justiça classificando os componentes da 'frente' de "subversivos" dão mostras de que o Governo estava atento às atividades deste movimento. Em nenhum momento, porém, o Governo resolveu acionar o seu "dispositivo político" através da ARENA para combater a Frente Ampla. O Deputado Bezerra de Mello foi, por exemplo, categórico ao afirmar que, "com tantas 'Frentes' pela frente, o Governo do Marechal Costa e Silva, que vem assustadoramente caindo num vazio político, acabará definitivamente ficando para trás". E afirmou ainda que "o que não se compreende é que, estando as coisas tão quentes em todas as frentes, o Governo continua aguardando não sei que medidas, para acionar o seu dispositivo político a fim de que a ARENA se transforme na mais temível de todas as Frentes".¹⁸ Outro

(17) Carlos Castello Branco, *Op. cit.*, Vol. II, p. 190.

(18) Deputado Bezerra de Mello (ARENA-SP), *Anais da Câmara dos Deputados*, Brasília, 158ª sessão, 03/10/67, Vol. 23, pp. 361-362.

deputado arenista, queixando-se que o Governo vem "desprestigiando os elementos de sua sistemática política em todos os Estados", perguntou: "Como poderemos combater a Frente Ampla, se não há cobertura política para os elementos da ARENA que, no sentido geral, estão desprestigiados, sem atendimento político ou administrativo"?¹⁹

No decorrer das atividades da Frente Ampla, o Governo não modificaria sua atitude com relação à ARENA, provando que o Executivo estava acima dos partidos. Acionar a ARENA para a luta contra a Frente Ampla seria uma forma de fortalecer os partidos, o que o Governo não desejava. Finalmente, através de uma portaria do Ministro da Justiça, a Frente Ampla foi extinta em abril de 1968.

Resta fazer algumas observações sobre um outro movimento extrapartidário surgido por volta de setembro de 1967. Formada por elementos da ARENA com o objetivo específico de combater a Frente Ampla e conseqüentemente defender o Governo, a Ação Revolucionária Parlamentar - ARPA -, dirigida pelo Deputado Clóvis Stenzel, teve uma repercussão bastante negativa nos meios políticos e uma vida muito curta, visto que a orientação de Costa e Silva consistia em não responder aos ataques de Lacerda e da Frente Ampla.

No episódio Frente Ampla x ARPA, a 'frente' foi fendida por vários deputados, inclusive por elementos não-participantes do movimento, ou mesmo divergentes de sua orientação. É o caso do deputado João Herculino que, mesmo divergindo "democraticamente daqueles que acham que a solução do problema nacional se encontra na Frente Ampla e não no partido da Oposição, o MDB", investiu contra uma nota publicada nos jornais no dia 12/09/67 pela ARPA, onde esta

(19) Deputado Ari Valadão (ARENA-GO), Anais da Câmara dos Deputados, Brasília, 177ª sessão, 19/10/67, Vol. 25, pp.689/690.

classificou de "instrumento de agitação a uma organização formada por elementos como Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek", além de "ilustres parlamentares como o Senador Josaphat Marinho, ou o Deputado Martins Rodrigues, ou ilustres parlamentares da ARENA".²⁰

Do Governo, a ARPA parece não ter recebido nenhum apoio. Segundo o Deputado Raul Brunini, o Presidente da República "declarou há poucos dias, em entrevista aos jornais, que não admite nenhum movimento antifrentista, pois não pretende dar validade a esses movimentos que visam a perturbar a orientação política do Governo, determinada, na conjuntura atual, pelo partido do qual é presidente, isto é, a ARENA (...)."^{21*}

Neste ponto, houve uma certa coerência na atitude governamental, visto que apoiar a ARPA significaria reconhecer a 'existência' da Frente Ampla e admitir a pouca capacidade da ARENA como porta-voz do Governo.

Concluindo, fica a questão: a formação da ARPA não significaria um reconhecimento por parte dos parlamentares pró-Governo da incapacidade da ARENA como partido, de defender com autonomia a própria perspectiva do Executivo, tão fraca ela estava diante das superpotências do Executivo que deixava muito pouca margem de ação aos partidos? Se aceita esta hipótese, a ARPA como a Frente Ampla podem ser vistas como frutos da implantação do regime militar e da constatação de que dentro do sistema partidário vigente no período 1966/68 muito pouco se poderia fazer, mesmo pertencendo à ARENA.

(20) Deputado João Herculino (MDB-MG), Anais da Câmara dos Deputados, 138ª sessão, 13/09/67, Vol. 20, pp. 656-657.

(21) Deputado Raul Brunini (MDB-GB), Anais da Câmara dos Deputados, 138ª sessão, 13/09/67, pp. 653-654.

(*) A ARPA foi bastante criticada no Parlamento. O Deputado Anacleto Campanella, por exemplo, referindo-se ao movimento,

2. FORÇAS ARMADAS: 'PARTIDO DA REVOLUÇÃO'.

O movimento político-militar de 1964 introduziu um componente novo na história política do Brasil. Antes de 1964, os militares tinham intervindo, em várias ocasiões, na vida política brasileira. Isto ocorria em situações tidas como de 'crise' e sempre com o apoio de civis. Mas tão logo a situação se resolvesse, os militares retornavam aos quartéis, deixando aos civis o ato de governar. Mantinham-se na sua função característica de "guardiães da Constituição, da democracia e da moralidade pública".²² Em 1964 os militares não se limitaram apenas a depor um presidente, mas assumiram o controle do aparelho de Estado. O militarismo deixou de ser "tutelar" para se transformar em "intervencionista", "dominador", se quisermos usar as expressões de Bresser Pereira.²³ Em outros termos, os militares abandonaram sua função "moderadora" e passaram a ser os dirigentes da política brasileira.²⁴

Esta mudança no militarismo brasileiro tomaria de surpresa os políticos. A idéia prevalente era a de que os militares deporiam o Presidente João Goulart, restabeleceriam a normalidade política do país, retornando em breve aos quar

advertiu "os tocadores da ARPA - sem h - para o sono e o des caso do Governo, serenateiros da bajulação, que correm o risco de uma repressão policial, pois no regime vigente também as serestas têm de portar alvará da Polícia e, pelo que consta, estes alvarás não existem para estes aflitos arpistas". Anais da Câmara dos Deputados, 139ª sessão, 14/09/67, Vol. 20, pp. 713-714.

(22) PEREIRA, Luís Carlos Bresser. Desenvolvimento e Crise no Brasil, SP, Brasiliense, 1983, p. 131.

(23) Idem, pp. 130-131.

(24) STEPAN, Alfred. Os Militares na Política, RJ, Artenova, 1975, p. 93.

téis. Persistia o mito da 'apoliticidade' das Forças Armadas. As lideranças civis da 'revolução' e os políticos em geral não percebiam que, 1964, os militares estavam empenhados em modificar as regras do jogo político, visando a introduzir alterações no modelo de desenvolvimento econômico brasileiro.

A sugestão de Magalhães Pinto ao Presidente Castelo Branco de que apenas "administrasse" o país, deixando o ato de "governar" aos políticos, o que equivale a dizer, às lideranças civis do movimento político-militar de 1964, é um exemplo sintomático de que os políticos acreditavam que a política era um atributo dos políticos profissionais.* Os políticos brasileiros ainda não haviam percebido o desprezo dos militares pelos políticos profissionais e pela política como até então tinha sido exercida, responsável, segundo os militares, pela situação de 'crise' por que passava o país.

Ao assumirem o controle do aparelho de Estado, os militares tinham um objetivo específico: a introdução de uma série de mudanças no modelo de desenvolvimento econômico brasileiro. Tais mudanças tinham um alvo definido: a "atração de capitais multinacionais" para o Brasil "e o estabelecimento de uma política de controle salarial que maximizasse a exploração e com isso aumentasse os lucros".²⁵ Ao se proporem a isso, os militares se transformavam num partido político - o 'partido da Revolução'.

(*) Segundo Luís Viana Filho, "por proceder das fileiras militares, sem qualquer experiência política, não faltou quem julgasse a tarefa excessiva para Castelo, que se deveria ater à parte administrativa, deixando a política para líderes civis da Revolução. Ao governador Magalhães Pinto, por exemplo, dizendo-se satisfeito por livrar o Presidente dessa carga desconfortável, parecia que este, além de não entender os políticos, iria desperdiçar tempo precioso ao Governo". Luís Viana Filho, Op. cit., pp. 80-81.

(25) Maria Helena Moreira Alves, Op. cit., pp. 78-79.

Para o 'partido da Revolução', a manutenção do sistema partidário, tal como havia sido legado pelo regime populista, era extremamente perigosa. Por outro, a extinção oficial de todos os partidos políticos, sem uma posterior reorganização do sistema partidário, significaria o estabelecimento de uma ditadura aberta, o que poderia afetar a imagem do novo regime, prejudicando a sua legitimação externa e interna.

O alinhamento do Brasil ao bloco ocidental - mais precisamente aos Estados Unidos da América - implicava, no mínimo, a manutenção da aparência de um regime democrático aqui, no Brasil. Era importante para a legitimação interna e externa do regime a não identificação do movimento político-militar de 1964 como mais um golpe entre tantos ocorridos na América Latina. Daí, inclusive, a preocupação com a institucionalização da 'revolução', mostrada desde o início pelos vencedores de 1964.

No entanto, a manutenção de um Congresso com condições de influir no processo decisório, o que equivale a dizer com o direito de intervir em matérias fundamentais de política econômico-social - questão orçamentária, política salarial, etc., -, era extremamente perigosa para o 'partido da Revolução'. Da forma como o sistema partidário estava anteriormente organizado, o apoio da coligação majoritária no Parlamento era importantíssimo para a execução de quaisquer planos de desenvolvimento ou para a execução de um programa de estabilização econômica. Com uma margem de ação tão ampla, o Congresso poderia tranquilamente vetar medidas enviadas pelo Executivo ao Legislativo. Isto significava a possibilidade de não aprovação de uma série de reformas que o Governo militar pretendia realizar, a fim de tornar o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro apto a uma nova fase

do capitalismo. Como bem salientou Marcus Figueiredo, "o sistema multipartidário existente tornava muito fluidas as alternativas de coligações; elas se davam, quase sempre, em função de interesses faceados a políticas substantivas específicas e quase nunca em função de programas globais de governo; para a revolução, essa prática é vista como alianças "interesseiras" e "eleitoreiras", contrariando frontalmente a viabilidade de implementação do plano estratégico nacional".²⁶

Diante da impossibilidade tática de se governar sem partidos legalmente constituídos, a criação de um bipartidarismo previamente expurgado de suas lideranças mais combativas e sob um controle rígido do Executivo era a solução ideal para o regime militar. Ao manter-se o sistema partidário funcionando legalmente, tentava-se dar uma aparência democrática ao regime político e, ao mesmo tempo, deixava-se o caminho livre para que a obra da 'revolução' fosse realizada. As Forças Armadas, tendo como fração hegemônica o Exército, assumiram o papel de 'partido político da revolução', e como partido defenderam interesses do grande capital monopolista.

A destruição do sistema partidário vigente no período 1945/1964 e a transformação das Forças Armadas num partido não significaram a destruição das antigas lideranças. Estas subsistiram e, para continuarem fazendo política, precisavam encontrar novos interesses a defender, interesses não incorporados pelo 'partido da Revolução'. É o caso de Carlos Lacerda, tentando, com a Frente Ampla, defender interesses que antes de 1964 combatia. É o caso de João Goulart, que embora cassado e exilado, não perdeu a sua liderança.

(26) Marcus Figueiredo, Op. cit., p. 137.

rança e queria de alguma forma continuar fazendo política. O mesmo ocorre com Juscelino Kubitschek, cassado em seus direitos políticos, mas desejoso de continuar a fazer política. Os três estavam deslocados politicamente e encontraram na Frente Ampla o espaço necessário para continuar a exercer a atividade política.

3. A FRENTE AMPLA: PARTIDO OU FRENTE POLÍTICA ? A QUESTÃO DO TERCEIRO PARTIDO.

Como foi visto anteriormente, a pouca importância atribuída aos partidos por parte do Executivo deixou insatisfeitos ponderáveis setores da 'classe política', tanto do MDB como da ARENA.

Ao Congresso, expurgado de seus elementos mais combativos e sem margem de ação para influir no processo decisório, cabia apenas referendar medidas tomadas antecipadamente pelo Executivo. Havia assim um desestímulo para a atividade parlamentar dentro do Congresso, especialmente para a Oposição. Em contrapartida, este desestímulo à atividade política dentro dos partidos legalmente constituídos foi um estímulo para a formação de movimentos extrapartidários como a Frente Ampla.

A Frente Ampla foi um subproduto, em nível partidário, da transformação do regime político; uma tentativa de expressão, de oposição, daqueles interesses de classe e de frações de classe que não foram contemplados pelo regime militar e de políticos, cujo potencial de liderança tinha sido atingido pelo movimento político-militar de 1964. Cumpre saber, então, quais as chances que a Frente Ampla tinha de se transformar num terceiro partido, meta esta colocada por Jus

celino Kubitschek e Carlos Lacerda* por ocasião do Acordo de Lisboa e que coincidia com os anseios de muitos parlamentares.

Surgida em setembro de 1966, a Frente Ampla empolgou certos setores do MDB, que viam neste movimento político o embrião de um terceiro partido. Nem todos os elementos que participavam do movimento, no entanto, eram a favor de sua transformação num terceiro partido. O Deputado David Lerer, por exemplo, em sessão da Câmara dos Deputados, saúda "como democrata e nacionalista a constituição da aliança das oposições brasileiras, chamada Frente Ampla", afirmando que a via "como uma união com objetivos delimitados e um programa mínimo de democratizar o país e de mobilizar para tanto o grande ausente que acaba sempre pagando a conta, que é o povo". No entanto, foi enfático ao afirmar que a 'frente' "não é um terceiro partido, nem uma campanha presidencial; não tem proprietários nem caciques".²⁷

O MDB admitiu que Lacerda era o único político com sólida liderança à disposição da corrente oposicionista, mas elementos que aceitariam a aliança com Lacerda numa 'frente' dificilmente aceitariam entrar num partido liderado por Lacerda. Em primeiro lugar, porque permanecia o receio de que

(*) Carlos Lacerda em seu Depoimento afirma nunca ter pretendido fundar um partido: "as dificuldades que criaram à aceitação de um terceiro partido, no começo, eram tão grandes que não havia nem essa hipótese. Quando veio a Constituição de 67, é que se criou teoricamente a possibilidade de haver mais de dois partidos. Mas as exigências para a formação do terceiro eram tão grandes que, nessa época, nem essa possibilidade havia". LACERDA, Carlos. Depoimento, RJ, Nova Fronteira, 1977, p. 362. Apesar desta afirmação, na "Declaração de Lisboa", ou seja, na nota assinada por Lacerda e Kubitschek que deu nascimento à Frente Ampla, os dois políticos falaram na formação de um grande "partido popular para a reforma democrática". A nota conjunta é de 19/11/66. Ver a este respeito, "Declaração de Lisboa". In: Documentos Básicos -

Lacerda, como o único líder da 'frente' em pleno gozo de seus direitos políticos, utilizasse o movimento como uma provável plataforma para sua candidatura à presidência da República. Em segundo lugar, porque um terceiro partido acabaria por dividir o MDB, que lutava dentro das limitações impostas pelo regime, para se transformar numa Oposição efetiva como partido e não apenas uma oposição de certos elementos. Daí, a Direção Executiva do MDB não se dispôs a apoiar a Frente Ampla, embora não impedisse o ingresso de membros da 'frente' nos quadros do partido. O Senador Oscar Passos, por exemplo, embora achasse válida "a idéia da formação de outro partido, era contrário ao ingresso do MDB na Frente Ampla, mas a favor do ingresso da Frente Ampla no MDB".²⁸

Elementos do antigo PTB, inicialmente contrários à formação de uma 'frente' liderada por Lacerda, evoluíram no sentido de uma aceitação e mesmo participação no movimento, desde que este fosse uma 'frente' e não um terceiro partido. O próprio João Goulart, um dos líderes da Frente Ampla, se declarava a favor de sua constituição, desde que não na qualidade de um terceiro partido. Goulart acreditava ser mais importante fortalecer o MDB até que surgissem condições para o trabalhismo reaparecer como organização política. Aliás, uma das exigências de João Goulart para a sua participação no movimento foi que não se cogitasse de transformar a Frente Ampla em terceiro partido. Assim, pouco a pouco, a idéia do terceiro partido foi sendo colocada de lado. A Frente Ampla passou a se apresentar como um "movimento sem características partidárias, acima dos partidos existentes..."²⁹

cos da Frente Ampla, coord. Deputado Renato Archer, Arquivo Carlos Lacerda, UNB.

(27) Deputado David Lerer (MDB-SP), Anais da Câmara dos Deputados, Brasília, 132ª sessão, 05/09/1967, Vol. 19, pp.730-731.

(28) Carlos Castello Branco, Op. cit., Vol. II, p. 20.

Admitia-se, portanto, a formação de uma 'frente' que agregasse elementos de tendências políticas diversas, como um caminho tático para superar dificuldades daquele momento, uma vez que os partidos legalmente constituídos não tinham condições de exercer influência no processo decisório. Dificilmente, porém, os elementos que se uniram numa 'frente' se agregariam num partido comum. Por outro lado, a legislação dificultava a criação de novos partidos.*

Os militares se opunham à formação de um terceiro partido. Um bipartidarismo enfraquecido devido à diminuição das prerrogativas do Congresso era o que mais lhes convinha naquele momento, uma vez que o multipartidarismo era associado ao populismo, responsável pela situação em que o país se encontrava. Com as modificações introduzidas no sistema partidário, almejava-se obter um maior controle sobre a política partidária e, com isto, facilitar a aprovação de projetos enviados pelo Executivo ao Parlamento. O bipartidarismo brasileiro, no entanto, transformou as eleições em plebiscitos. Daí, as frequentes mudanças na legislação eleitoral, a fim de promover a eliminação de candidatos indesejáveis e com isto garantir a vitória dos candidatos do partido do governo.

Resolvida a questão 'frente' ou partido, um problema permanecia: como estabelecer uma separação de objetivos entre a Frente Ampla e o MDB. Preocupados com esta questão, alguns setores propuseram um novo papel para a Frente Ampla. Enquanto o MDB se empenharia em "alargar suas bases populares, para reafirmar-se como partido de oposição", a Frente

(29) Deputado Oswaldo Lima Filho (MDB-PE), Anais da Câmara dos Deputados, Brasília, 149ª sessão, 26/09/67, Vol. 22, p. 106.

(*) O Deputado Renato Archer, secretário-executivo da Frente Ampla, declarava que "os entendimentos (acerca do terceiro partido) estão abandonados, pois seriam necessários sete meses para a coleta de assinaturas de eleitores e dois anos para o registro da agremiação e eleição do presidente nacional". Jornal "O Estado de S. Paulo", 22/02/67.

Ampla se "encarregaria da arregimentação das forças populares e dos grupos não-partidários interessados numa revisão do regime".³⁰

No entanto, como 'frente política', o movimento também sofreu sérias limitações, assunto este que será tratado com mais detalhes no último capítulo deste trabalho. Para ser 'frente política', o movimento precisaria ter instrumentos para organizar os setores que não estivessem dentro dos partidos e o firme propósito de vir a se transformar num movimento popular de massas. Para tanto, seria necessário ter uma visão clara da natureza do regime que se instalou no pós-64, o que a Frente Ampla parece não ter conseguido detectar claramente.*

Durante um certo tempo, a 'frente' ficou indecisa entre dar ou não o seu apoio ao Governo Costa e Silva. Áreas ligadas a Lacerda e a Kubitschek não escondiam uma certa simpatia pela política externa do Governo desenvolvida pelo Ministro Magalhães Pinto. As atividades da Frente Ampla foram inclusive suspensas durante o período de abril a junho de 1967 com o objetivo de ver qual o caminho a ser seguido pelo Governo Costa e Silva. Acreditava-se que Costa e Silva levaria o país a uma 'abertura política', rompendo com toda a legislação legada pelo Governo Castelo Branco. Não houve o tão esperado rompimento. Daí, a decepção mostrada por elementos da Frente Ampla com o Governo Costa e Silva, que "não corres

(30) Carlos Castello Branco, Op. cit., p. 107.

(*) Comentando a Frente Ampla em seu "Depoimento", Lacerda afirmou: "Talvez o sistema fosse o adversário, mas não necessariamente a totalidade. Eu tive, talvez por ingenuidade minha, a ilusão de que os militares - já naquela ocasião a maioria deles, os que estavam nos quartéis - estivessem ansiosos por encontrar uma saída. Talvez o engano que cometi tenha sido o de não ter percebido até que ponto eles ainda estavam ansiosos por ficar no poder, porque aqueles que eu conhecia mais de perto eram homens que não tinham essa ambi

pondeu às esperanças que ele próprio despertara, consumindo o capital de otimismo acumulado sem fazer qualquer das aberturas democráticas antecipadas por toda a sua equipe".³¹

Quando se teve a certeza de que não haveria mudanças no sentido da tão almejada 'abertura política' por parte do Governo Costa e Silva, Lacerda, Kubitschek e João Goulart resolveram partir para uma atuação mais agressiva diante do Governo, visando a transformar-se numa oposição efetiva ao regime militar. Mas mesmo neste momento certos componentes da 'frente', temendo que os pronunciamentos de Lacerda^{**} resultassem na reativação de certos setores do Exército, mais especificamente a chamada 'linha-dura', e, conseqüentemente, o reforço da componente ditatorial do regime, resolveram afastar-se do movimento.

Para finalizar este capítulo, resta fazer algumas observações a título de conclusão. Vimos, no início deste item, que tanto Lacerda como Kubitschek eram a favor da transformação da Frente Ampla num terceiro partido, enquanto João Goulart e os trabalhistas eram contrários, preferindo apoiar o MDB, até que houvesse condições para o ressurgimento do PTB como organização partidária. Goulart, Kubitschek e Lacerda eram políticos profissionais e estavam politicamente deslocados. Por que então esta divergência acerca do terceiro partido ? O que parece mais lógico concluir acerca desta

ção de poder, e, como a tal tradição das Forças Armadas no Brasil é de não ocupar o poder, acreditei nessas duas coisas. Não percebi que realmente já se tinha criado um siste-ma, uma força superior ao próprio Exército, usando o Exér-cito para permanecer no poder. Hoje, olhando na perspectiva assim dos anos, chego à conclusão de que a Frente Ampla foi organizada um pouco antes do tempo. Mas me pergunto: 'Se ela não tivesse sido organizada, o seria ainda ?'..." Carlos La-cerda, Op. cit., p. 389.

(31) Carlos Castello Branco, Op. cit., Vol. II, p. 222.

(**) Lacerda nos finais de 1967 e início de 1968, passou a fazer pronunciamentos violentos contra o regime, em recintos

questão é que tanto Kubitschek como Lacerda haviam perdido sua base política de apoio, enquanto João Goulart - embora cassado e exilado - não havia perdido sua liderança entre os trabalhistas.

Eleito à presidência em 1955 pela coligação PSD/PTB, Juscelino Kubitschek foi o único presidente do período - exceto a presidência do General E. Dutra, 1946/50 - que conseguiu terminar o seu mandato presidencial. A política conciliatória do PSD, de um lado, e, de outro, o apoio popular ao Governo, obtido através do PTB, permitiram a Juscelino Kubitschek governar com estabilidade, de tal forma que, ao entregar a presidência a Jânio Quadros, Juscelino deixava o governo no auge de seu prestígio, já se preparando para uma possível volta em 1965. O movimento político-militar de 1964 não obteve sua adesão. Logo, seu prestígio não foi abalado. O apoio dado à candidatura de Castelo Branco, que garantiu a este o apoio do PSD, não chegou a desgastar a sua imagem política. Uma vez cassado o seu mandato de senador, Juscelino Kubitschek perdia o seu espaço dentro dos partidos legais para fazer política. Quanto ao PSD, poucas foram as vozes que se levantaram em defesa de Juscelino. O PSD persistia na política conciliatória, característica do partido no período anterior a 1964, política esta, que, se foi positiva antes de 1964, certamente não o foi no período posterior. Conclindo com o Governo no pós-64, os membros do PSD de certa forma contribuíram para a sua própria exclusão, ou seja, exclusão das lideranças civis do processo decisório.

A entrada de Juscelino na Frente Ampla significou um grande aporte político para o movimento, uma vez que a "imagem de Lacerda era péssima devido à sua participação em sucessivos golpes, e no pior de todos, que foi o de 64".³² A

fechados - conferências, palestras - contando com a imprensa para a divulgação de tais pronunciamentos.

(32) David Lerer, Entrevista.

participação de Juscelino na Frente Ampla tirou de certa maneira o "estigma" lacerdista do movimento. E, por outro lado, mostrou que a Frente Ampla não era apenas uma "dissidência dos vencedores de 64", um movimento de "despeito de um candidato prejudicado à presidência da República, mas que isto se transformava num fato político maior de oposição ao regime".³³ Para Juscelino, a Frente Ampla significava um novo espaço para se fazer política, embora ele como político casado não pudesse fazer declarações diretas contra o regime, ou participar de reuniões tidas como de caráter político. Mas o simples fato de dar o seu apoio à Frente Ampla, de ser considerado uma das lideranças da 'frente', significava estar nas manchetes de jornais, estar de alguma forma participando dos acontecimentos políticos. E, diante da pouca validade atribuída pelo regime militar à ARENA e ao MDB, a perspectiva da Frente Ampla vir a se transformar num grande partido em prol das "reformas democráticas"³⁴ deveria, no mínimo, representar uma esperança de mudança na sua situação de cassado e a possibilidade de voltar a fazer política abertamente.

Quanto a Carlos Lacerda, o caso era mais complexo. Os militares, ao assumirem o controle do aparelho de Estado, passaram a defender interesses que antes eram defendidos pelos partidos tradicionais. Assumiram, assim, o papel de um partido político - o 'partido da Revolução'.

Carlos Lacerda, uma das lideranças civis do movimento político-militar de 1964, foi aos poucos afastando-se dos vencedores de 1964. Ao entrar em conflito com o Governo Castelo Branco, Lacerda foi se isolando de seu partido - a

(33) David Lerer, Entrevista.

(34) "Declaração de Lisboa", 19/11/66. In: Documentos Básicos da Frente Ampla, Op. cit.

UDN - que apoiava inteiramente a política desenvolvida pelo primeiro Governo militar. Assim, à medida que Lacerda se foi afastando do "esquema de sustentação do governo", acabou por se "isolar da UDN".³⁵ Tornou-se um político sem partido. Daí, a necessidade de procurar interesses de classe não incorporados pelo Governo militar para defender, e de um novo espaço para fazer política. É uma questão de sobrevivência como político profissional. Isto explicaria o fato de Lacerda, antes do movimento político-militar de 1964 um ferrenho defensor da introdução do capital estrangeiro no Brasil, passar posteriormente a desenvolver críticas ao capital estrangeiro, ao F.M.I., e a levantar, através da Frente Ampla, palavras de ordem em defesa do nacionalismo, do empresariado nacional, etc.*

Ao tentar incorporar interesses diferentes daqueles que originalmente defendia, Lacerda perdeu muito de sua "organicidade". A Frente Ampla significou um "despenhadeiro político"³⁶ para Lacerda, o fim de sua carreira como político profissional. Como bem salientou Isabel F. Picaluga, "depois de 64 Lacerda não mais conseguiu reunir os setores da sociedade civil que sempre o apoiaram; Lacerda perdera muito de sua organicidade. O significado maior do 31 de Março foi

(35) OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964/1969), Petrópolis, Vozes, 1978, p.62.

(*) No "Manifesto Inicial da Frente Ampla", Lacerda afirmou que "os empresários, os quadros dirigentes da administração pública e privada, os que dispõem de recursos para investir, e tentam formar a poupança para acelerar a formação do capital nacional, são menosprezados, mantidos sob suspeita, tratados como se alguns ocupantes do Poder tivessem o monopólio da integridade e da competência. Aos que criam a riqueza negam tudo, a começar pelo crédito. Mas tudo se concede a quem, vindo de fora, compra o que os brasileiros já não podem manter ou já não se animam a fazer; e a título de asses-

a concretização do projeto de classes que ele sempre representara. Seus fracassos posteriores nada mais significaram do que a defasagem histórica de um combativo representante literário de uma classe, com as novas condições de poder consolidadas por essa mesma classe. A Frente Ampla se constituiu numa tentativa de articulação com setores ponderáveis da sociedade civil, nos quais, entretanto, não conseguiu hegemonia apesar da adesão de Juscelino e João Goulart. Assim como nem todos os udenistas concordaram com esta atitude, os setores populistas e populares também resistiram a sua proposta. A resposta à inorganicidade de Lacerda e à sua insistência em abrir um espaço político próprio foi a cassação de seus direitos políticos".³⁷

Finalmente, quanto a João Goulart, acreditamos que ele não perdera a sua base social de apoio. Isto explicaria o fato de ele ser contra a transformação da Frente Ampla num terceiro partido. Ele continuava a ser um político com partido - o PTB. Daí, a orientação no sentido de apoiar o MDB até que houvesse condições para o ressurgimento do trabalhismo como organização partidária. No entanto, a sua união com Juscelino, e principalmente com Lacerda, não contou com o apoio do trabalhismo como um todo, assunto este que será desenvolvido no último capítulo deste trabalho.

soriar, os instrumentos dessa ocupação branca dirigem a nação". In: Documentos Básicos da Frente Ampla, Op. cit.

(36) Deputado David Lerer, Entrevista.

(37) PICALUGA, Isabel Fontanelle. Partidos Políticos e Classes Sociais: a UDN na Guanabara, Petrópolis, Vozes, 1980, pp. 208-209.

Cap. II - A POLÍTICA ECONÔMICA NO PÓS-64.

Como vimos anteriormente, uma ampla coalizão civil-militar apoiou o movimento político-militar de 1964 no Brasi. O movimento recebeu apoio de ponderáveis setores da sociedade brasileira. Nem todos, porém, se beneficiaram com a política econômica desenvolvida pelo regime militar no pós-64. Cumpre, portanto, fazermos alguns comentários acerca dos interesses de classe incorporados e excluídos pelo regime militar, a fim de compreendermos a posição da Frente Ampla com relação aos setores descontentes com a política econômica do Governo militar.

1. INTERESSES ECONÔMICOS INCORPORADOS PELO REGIME MILITAR.

O conjunto da classe dominante - burguesia nacional, latifundiários e o seu setor agroexportador, a média - burguesia industrial, apoiaram o movimento político- militar de 1964. Todos tinham interesse na derrubada do Governo João Goulart, o que significa dizer, o populismo. O "compromisso político" selado entre a classe dominante e o Estado, que caracterizou a política populista no período 1945 a 1964, foi rompido pelo Governo de João Goulart, uma vez que este parecia aproximar-se cada vez mais das camadas populares. Como bem salientou Décio Saes, não foi a classe dominante que rompeu o "compromisso político" com o Estado populista, mas, sim, foi "o Estado populista, sob o impulso do movimento popular e nacionalista, que se afastou do conjunto da cla~~ae~~ dominante".¹

(1) SAES, Décio. Classe Média e Sistema Político no Brasil, SP, Quairós, 1985, p. 131.

O medo da ascensão do movimento popular, do comunismo, foram os elementos aglutinadores das várias frações da classe dominante contra o Governo João Goulart e a consequente mobilização para a sua derrubada. O comício de 13 de março, onde João Goulart propôs uma série de medidas, entre as quais a reforma agrária, a encampação de certas empresas, mostrou a uma classe dominante assustada, que efetivamente o Governo João Goulart se tinha voltado para as classes populares. As reformas propostas por João Goulart não visavam, evidentemente, a introdução do socialismo no Brasil. Eram reformas democrático-burguesas, mas para a classe dominante tais medidas significavam o rompimento definitivo do "compromisso político" selado entre o Estado e a classe dominante. Logo, o Estado populista tinha de ser destruído. O populismo vigente no período 1945 a 1964, entretanto, caracterizou-se por ser uma política fundamentalmente industrializante, o que significa dizer que a burguesia industrial foi a grande beneficiada com esta política. Como sabemos, o modelo de desenvolvimento brasileiro no período 1930 a 1961 baseou-se no que comumente se chamou de "substituição de importações", isto é, "a industrialização ocorreu, aproveitando-se o mercado interno já existente para produtos industriais importados que eram substituídos por produtos fabricados no país".²

Nesse processo de industrialização, tiveram papel importante os empresários nacionais e a política governamental. Nas duas primeiras décadas após a Revolução de 1930*, a iniciativa ficou principalmente com os empresários, cabendo

(2) Luís Carlos Bresser Pereira, *Op. cit.*, pp. 48-49.

(*) Concordamos com Francisco de Oliveira quando afirma que a Revolução de 1930, "marcou o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura de base urbano-industrial (...) A nova correlação de forças sociais,

ao Estado a função de criar estímulos à industrialização. Na década de 1950/60, tal situação sofreu mudanças. O Estado passou a realizar investimentos em setores considerados importantes para o desenvolvimento da indústria brasileira. Como bem salientou Bresser Pereira, foi no Governo de Juscelino Kubitschek (1956/1961) que o Estado efetivamente se transformou num "instrumento deliberado e efetivo do desenvolvimento industrial brasileiro".³ Neste período, consolidou-se a industrialização brasileira com a implantação da "indústria pesada, principalmente a automobilística, ao mesmo tempo em que a indústria de base ganhou novo impulso com a instalação de novas indústrias siderúrgicas e o desenvolvimento acelerado da indústria de construção naval".⁴

Vemos, assim, que o populismo se mostrou uma política eficiente para o desenvolvimento e a consolidação da industrialização brasileira. Apesar disso, a burguesia industrial brasileira em 1964 desejava a destruição do populismo. Tal postura parece contraditória, mas esta contradição é apenas aparente. A explicação para tal postura parece encontrar-se no esgotamento das possibilidades de desenvolvimento do modelo econômico até então vigente.

A industrialização brasileira em 1964 se encontra-

a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, teve o significado, de um lado, de destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno". OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista, Estudos Cebap 2, outubro de 1972, São Paulo, p. 11.

(3) Luís Carlos Bresser Pereira, Op. cit., pp. 48-49.

(4) Maria Victória de Mesquita Benevides, O Governo Kubitschek, Op. cit., p. 201.

va numa fase diferente, "caracterizada pela influência crescente do grande capital monopolista e pela implantação de complexos industriais voltados para a produção de bens de consumo duráveis, de equipamentos industriais e de bens intermediários".⁵

A situação presente exigia um aprimoramento no modelo de acumulação implantado nos anos cinquenta, tornando-o apto a uma nova fase do desenvolvimento capitalista. O populismo "foi a estratégia política de desenvolvimento própria a uma etapa de transição capitalista; num período em que nenhuma classe se mostrava capaz de conquistar a hegemonia política, a integração política da classe operária (...) constituiu o preço da industrialização e do desenvolvimento da burguesia industrial".⁶ Uma vez consolidada a industrialização, tal política mostrou-se inadequada. Em 1964, a burguesia industrial e o conjunto da classe dominante desejavam uma nova orientação na política econômica de Estado e o restabelecimento da ordem social. Para tanto, era necessário pôr um fim às reivindicações populares e à "conspiração" em andamento dentro dos "próprios escalões governamentais", visando a introduzir no Brasil o "comunismo", a "guerra revolucionária".⁷ O Governo populista de João Goulart tinha que ser derrubado.

Com o objetivo de derrubar o Governo de Goulart, a classe dominante procurou a sua base social de apoio e encontrou-a nas camadas médias urbanas (classe média tradicional, novas camadas médias). Ao recorrer às camadas médias urba

(5) Décio Saes, Op. cit., p. 146.

(6) Idem.

(7) Mobilizamos a FIESP-CIESP para a Defesa dos Valores Democráticos em Face da Conspiração, discurso de Raphael Nogueira - presidente da FIESP-CIESP. In: Boletim Informativo da FIESP-CIESP, 30/12/64, Ano XVI, Vol. LXXXVII, nº 795, pp. 3-6-7.

nas, a classe dominante visava a criar um clima político propício à intervenção militar. A ascensão do movimento popular, o medo do comunismo e o conseqüente medo da proletarianização foram os elementos que levaram à união das camadas médias urbanas em favor da derrubada do Governo de João Goulart.

De certa forma, tanto a classe dominante como as camadas médias urbanas se sentiam traídas pelo Estado populista, na medida em que o Governo de João Goulart parecia apoiar cada vez mais as 'esquerdas', o que equivale a dizer, o comunismo, as reivindicações das camadas populares. Se para a classe dominante o Estado populista aparecia como a parte que romperia o "compromisso político" selado desde 1945, para as camadas médias urbanas o Estado populista deixara de encarnar o papel característico de "Estado-justiça" e de "Estado-ordem"*, já que não mais servia os seus interesses e era incapaz de manter a ordem social, ou seja, a hierarquia social.

Finalmente, resta fazer alguns breves comentários sobre as causas que levaram os grandes proprietários rurais, os grupos agrário-exportadores e os militares a apoiar o movimento político-militar de 1964.

O populismo, como estratégia de desenvolvimento industrial, sempre recebeu severas críticas dos setores ligados à grande propriedade rural. Para os proprietários rurais e os grupos agrário-exportadores, o Estado populista apoiava demais a indústria em detrimento da agricultura. Vivendo do passado, tais setores ainda acreditavam que o Brasil deveria ser um país essencialmente agrário. Com a crise do populismo, o campo foi o primeiro local de enfrentamento entre a classe dominante e o movimento popular. A proposta de refor-

(*) As expressões são de Décio Saes, Op. cit., p. 141.

ma agrária de João Goulart, apesar de seu caráter limitado,^{*} foi a gota d'água que faltava para levar a oligarquia rural não só a se unir às demais frações da classe dominante, mas a assumir a hegemonia na mobilização da opinião pública contra o Estado populista.

Quanto aos militares, em 1964 eles superaram suas divergências internas e unidos conspiraram para a derrubada do Governo João Goulart. Ao contrário de 1955, quando as manobras para impedir a posse do então presidente eleito Juscelino Kubitschek dividiram as Forças Armadas, em 1964 elas se encontravam ideologicamente unidas contra o "comunismo", a "subversão da ordem", a "indisciplina" vigente nos escalões subalternos das Forças Armadas. A Revolta dos Sargentos em setembro de 1963^{**} foi considerada pelos militares um ato gravíssimo de indisciplina.^{***} E o populismo, personificado no Governo de Goulart, era considerado a causa de tal situação. A ordem precisava ser restabelecida. A solução encontrada para resolver tal a situação foi a intervenção militar e a conseqüente queda do Governo João Goulart.

Com a queda do Governo Goulart, os militares assumiram o controle do aparelho de Estado e passaram a realizar toda uma política que possuía um alvo definido: destruir o regime político anterior e com isto criar condições para a

(*) A proposta de reforma agrária de João Goulart nada tinha de radical. Restringia-se à "desapropriação de terras valorizadas pelos investimentos públicos, ou seja, das terras às margens dos eixos rodoviários e dos açudes, ou que pudessem tornar produtivas áreas inexploradas". Para viabilizar tal reforma, Goulart propunha uma emenda do artigo da Constituição de 1946 - previa a indenização prévia e em dinheiro das terras desapropriadas - introduzindo o pagamento em títulos públicos de valor reajustável. Ver a este respeito, BANDEIRA, Moniz. O Governo João Goulart, RJ, Civilização Brasileira, 1978, pp. 163-164. Segundo Darci Ribeiro, ao propor a Reforma Agrária, João Goulart não pretendia acabar com a pro

a introdução de uma série de mudanças na política econômica de Estado. No entanto, ponderáveis setores que participaram do movimento político-militar de 1964 não seriam beneficiados pela política econômica do novo regime, exceto, é claro, pelo fato do Governo militar ter desenvolvido uma política que eliminou a ameaça da ascensão do movimento popular. Que interesses de frações de classe seriam incorporados pela política econômica do Governo militar? Ou, dito de outro modo, que fração de classe no seio da classe dominante seria beneficiada com a política econômica do Governo?

A política econômica desenvolvida pelo Governo militar tinha como ponto primordial, estimular a penetração de investimento multinacional no Brasil, considerado mais moderno e produtivo, e a aumentar a taxa de acumulação de capital. A introdução de tal política econômica exigiu por sua vez, como veremos logo adiante, um novo modelo de dominação. Como bem salientou G. O'Donnell, na fase inicial da implantação de um novo modelo de dominação - que ele denominou de "burocrático-autoritário (BA)"^{***} - "o Estado e capital internacional formam um 'duo' (...) que não somente exclui o setor popular como também é pouco permeável às expectativas

propriedade privada da terra, mas, sim, aumentar o número de proprietários rurais. Com isso, "a propriedade seria melhor defendida, e simultaneamente possibilidades maiores seriam abertas a mais gente de comer mais, de se educar melhor, de viver mais dignamente. Por isso é que Jango, latifundiário, queria fazer a Reforma Agrária para defender a propriedade e assegurar a fartura, evitando o desespero popular e a convulsão social". RIBEIRO, Darci. Governo Goulart caiu por suas qualidades, não por seus defeitos. In: A História Viva II - O ESP. Citado por, TOLEDO, Caio Navarro de. O Governo Goulart e o Golpe de 64, SP, Brasiliense, 1982, pp. 54-55.

(**) O motivo alegado para justificar a revolta "fora a recusa do Supremo Tribunal Federal em reconhecer a elegibilidade dos sargentos, em consequência do que alguns deles, que se candidataram e venceram, tiveram seus mandatos cassados".

e aos interesses imediatos de seus aliados originários. Mais tarde, mas somente mais tarde (...) o Estado poderá se reabrir à burguesia nacional e transformar o "duo" em um "trio" que marca uma nova etapa do BA".⁸

Para atrair investimentos estrangeiros para o Brasil, o Estado militar não hesitaria em alterar a legislação. A Lei de Remessa de Lucros - Lei nº 4131 -, aprovada pelo Congresso em 1962 e assinada pelo presidente João Goulart em 1964, não era bem vista pelos investidores estrangeiros - em especial pelos investidores americanos. A 29 de agosto de 1964, uma nova Lei de Remessa de Lucros - a Lei 4390 - foi praticamente imposta ao Congresso. A nova lei tinha como objetivo regulamentar a "remessa de lucros e o registro de capital, os investimentos e reinvestimentos estrangeiros assim como os juros, royalties e pagamentos por assistência técnica".⁹ A partir de então não mais se "fixavam limites à percentagem de capital registrado que poderia ser remetida como lucro. A única exceção era um limite de oito por cento à remessa de lucros de capitais investidos na produção de bens e serviços de luxo. Não se estabeleciam limites para a repatriação de capital. Os lucros reinvestidos também eram tra-

"(...) a sublevação se circunscreveu a Brasília, onde o Governo a abafou em poucas horas, com um saldo de apenas duas mortes, um civil e um militar". Moniz Bandeira, Op. cit., pp. 122-123.

(***) Em entrevista à pesquisadora, o Sr. Fernando de Barros Whitaker, ao fazer comentários sobre a Revolução de 1964, dizia que a "indisciplina dentro do Exército era tão grande que os sargentos chegavam a usar 'meias vermelhas' como provocação..."

(****) Segundo G. O'Donnell, as características que definem o BA são: "a) costumam aparecer depois e em importante medida como consequência de uma forte ativação política do setor popular, sobretudo, o urbano; o que contrasta com o alto grau de inércia política e desorganização popular que corres-

tados como capital original".¹⁰

A nova estratégia de desenvolvimento baseou-se assim, numa abertura da economia para fora, isto é, para o mercado externo. As prioridades da industrialização deixariam de ser as necessidades do mercado interno, mas, sim, as necessidades do mercado mundial. A expansão multinacional ocorrida no Brasil na década de cinquenta deu-se em função do mercado interno. Quando se implantou no Brasil a indústria automobilística, de material elétrico, a indústria química - por exemplo - não se cogitava que tais "indústrias poderiam vir a dar lucros abastecendo o mercado externo".¹¹ Em 1964, o modelo de desenvolvimento se assentaria na "industrialização voltada para fora, ao contrário da substituição de importações, que era por definição voltada para dentro".¹² A configuração do capitalismo em nível mundial tinha novas exigências neste momento: o Brasil passaria a participar na divisão internacional do trabalho não mais como um mero fornecedor de matérias-primas e produtos agrícolas, mas, sim, como "fornecedor de bens industriais".¹³

Em nível interno, a nova orientação da política econômica de Estado exigiria, por sua vez, um novo modelo de

ponde ao autoritarismo "tradicional" e com os processos de indução controlada, "desde cima", da ativação política por parte do populismo; b) as posições superiores de governo costumam ser ocupadas por pessoas que têm acesso a elas após brilhantes carreiras em organizações complexas e altamente burocratizadas - Forças Armadas, o próprio Estado, grandes empresas privadas; c) são sistemas de exclusão política, no sentido em que apontam para fechar os canais de acesso ao Estado por parte do setor popular e seus aliados, assim como também por meio do funcionamento de controles verticais ("corporativos") por parte do Estado sobre os sindicatos; d) são sistemas de exclusão econômica, no sentido em que reduzem e adiam para um futuro impreciso as aspirações de participação econômica do setor popular; e) são sistemas despolitizantes, no sentido em que pretendem reduzir questões sociais e polí

dominação. Da aliança entre militares e técnicos, nasceria um Estado adequado aos interesses do grande capital monopólistas. Ou seja, o Estado pós-64, desenvolveria uma política que na prática "exprimiria e concretizaria a hegemonia do grande capital monopolista".¹⁴ Em resumo, os grandes beneficiados com a política econômica do Estado militar seriam aqueles setores ligados ao grande capital monopolista e aqueles setores da classe média - "as novas camadas médias"¹⁵ - que giravam em torno da "Grande Empresa".¹⁶ A política de créditos desenvolvida pelo Estado possibilitaria a expansão do consumo das "novas camadas médias", através do "financiamento da compra de bens de consumo duráveis (carros, aparelhos de televisão, eletrodomésticos, etc.)". Com tal política, o Estado criava "um mercado de consumo urbano adequado aos imperativos de expansão dos setores monopolistas mais dinâmicos".¹⁷

ticas públicas a problemas "técnicos" a serem elucidados mediante interações entre as cúpulas das grandes organizações acima referidas; f) correspondem a uma etapa de importantes transformações nos mecanismos de acumulação nas suas sociedades, as quais por sua vez são parte de um processo de profundização de um capitalismo, periférico e dependente, mas - também - já dotado de uma extensa industrialização". O'DONNELL, G. Desenvolvimento Político ou Mudança Política? In: PINHEIRO, Paulo S. (org.). O Estado Autoritário e Movimentos Populares, RJ, Paz e Terra, 1980, pp. 30-31.

(8) Guillermo O'Donnell, Op. cit., p. 33.

(9) Maria H. Moreira Alves, Op. cit., pp. 75-76.

(10) Idem, p. 76. Ainda segundo Maria H. Moreira Alves, "um outro incentivo permitia que as empresas estrangeiras tivessem

2. INTERESSES ECONÔMICOS NÃO INCORPORADOS PELO REGIME MILITAR.

Como vimos no item anterior, a política econômica desenvolvida pelo Estado militar correspondeu aos interesses do grande capital monopolista. Logo, o grupo dirigente tomou uma série de medidas, visando a expandir a indústria de bens de consumo duráveis, de equipamentos industriais, de bens intermediários, que eram justamente os ramos industriais sob o controle do grande capital monopolista. Ao realizar uma política que em última instância beneficiaria o grande capital monopolista, o Estado pós-64 deixou de incorporar interesses de setores da classe dominante, que inclusive participaram do Golpe que levou à deposição do Governo Goulart. Foi o que ocorreu com a média-burguesia industrial, a grande propriedade fundiária e os grupos agrário-exportadores.

A execução do Plano Econômico do Governo - PAEG - durante o Governo Castelo Branco (1964/1966) criou uma série

sem reduzidos de 30% para 15% seus impostos sobre lucros, caso estes fossem destinados a um fundo para reinvestimento em instalações industriais. Além disso, qualquer maquinaria ou equipamento importado para a utilização em projetos considerados de interesse do desenvolvimento do país era classificado como investimento estrangeiro direto, ficando livre de impostos". (p. 76)

(11) SINGER, Paul. Evolução da Economia Brasileira: 1955 / 1975. In: Estudos CEBRAP 27, Julho-agosto-setembro de 1976, p. 76.

(12) Idem.

(13) Idem, p. 77.

(14) Décio Saes, Op. cit., p. 149.

(15) A expressão "novas camadas médias" é usada por Décio Saes, Op. cit., e engloba "os gerentes, os funcionários, os técnicos, os engenheiros, os economistas, etc." (p. 179)

(16) A expressão é de CARDOSO, F. Henrique. Autoritarismo e Democratização, RJ, Paz e Terra, 1975, p. 178.

(17) Décio Saes, Op. cit., p. 180.

de dificuldades para as pequenas e médias empresas. Ao promover uma política antiinflacionária, cambial, tributária e fiscal, cujo objetivo era provocar a concentração de capital naqueles setores considerados mais rentáveis da economia, o Governo militar contribuiu para o agravamento do problema da liquidez nas pequenas e médias empresas. Por outro lado, a recusa em fornecer os créditos necessários à sobrevivência de tais empresas provocou um grande número de falências e pedidos de concordatas. Somente na cidade de São Paulo, por exemplo, a média mensal de falências passou de 69 em 1963 para 307 em 1967, sendo o número total de falências, de 1964 a 1967, da ordem de 9 163.¹⁸ A solução adotada pelas pequenas e médias empresas para evitar a falência e a concordata foi a associação - quando não foram simplesmente absorvidas - às empresas multinacionais.¹⁹

Tal política desenvolvida pelo Estado militar receberia uma série de protestos de certos setores empresariais do país, principalmente da média-burguesia industrial tradicional, cujas atividades concentravam-se na produção de bens de consumo não-duráveis: alimentos, calçados, vestuário. A própria Confederação Nacional da Indústria redigiu um memorial em 1965, no qual "pedia a ampliação do crédito, a redução dos impostos e uma pequena inflação que chamava de creeping inflation".²⁰

O controle do crédito era visto pelo Governo Castelo Branco como um ponto essencial para se debelar a inflação.

(18) Dados extraídos de QUARTIM, João. A Natureza de Classe do Estado Brasileiro, mimeografado, s/d, p. 28.

(19) Ver a este respeito IANNI, O. Estado e Planejamento Econômico no Brasil, RJ, Civilização Brasileira, 1979, p.244.

(20) Luís Viana Filho, Op. cit., p. 218.

ção, uma vez que os ministros Campos e Bulhões achavam que a inflação brasileira era induzida pela demanda, que tinha suas causas no déficit público, no excesso de crédito para o setor privado e nos excessivos aumentos de salários.²¹ Logo, para conter o processo inflacionário era imperioso desenvolver uma política que atingisse esses três pontos, o que, por sua vez, levaria a uma queda da demanda. O controle da inflação através de restrições ao crédito já havia sido tentado anteriormente pelo Governo de João Goulart. O Plano Trienal de Desenvolvimento de Celso Furtado continha ao lado de medidas restritivas ao crédito, uma previsão de aumento de preços das tarifas de serviços públicos e a eliminação de alguns subsídios, medidas estas altamente impopulares. As tentativas de aplicação do Plano Trienal levaram a uma séria recessão na primeira metade de 1963, cujas consequências políticas o Governo populista de João Goulart não teve condições de suportar. Devido a crise pela qual passava o país, o Plano não teve condições políticas para ser aplicado e foi abandonado antes de completar seis meses. As restrições ao crédito foram diminuídas, e com isto houve um recrudescimento da inflação.²² Tornava-se cada vez mais claro para certos

(21) Ver a este respeito T. Skidmore, Op. cit., p. 69 e p. 143.

(22) Ver a este respeito SINGER, Paul. A Crise do "Milagre" RJ, Paz e Terra, 1977, p. 107.

setores da sociedade brasileira que a solução para a crise pela qual passava o país, implicava na deposição de Goulart através de um Golpe e a instalação de um Governo autocrático, que por não ter sua base de sustentação firmada através de eleições, poderia efetivar uma política que lesava tanto a classe trabalhadora como certos setores da burguesia industrial brasileira.

O Golpe foi dado em março de 1964. Castelo Branco assumiu a presidência e colocou em prática uma política econômica que por suas características promoveu a concentração de capital. A inflação baixará a níveis "toleráveis" - "menos de 25% a partir de 1967".²³ Aqueles setores da economia diretamente vinculados à produção de bens de consumo não-duráveis, bens estes consumidos por toda a população, foram severamente atingidos. Isto porque, os produtos fabricados por tais setores possuíam "uma ampla base de mercado de massas, porém de baixo poder de compra unitário". Logo, "seu crescimento depende do ritmo de emprego e da elevação da taxa de salário".²⁴ Como no período em questão os salários tenderam a ser reajustados a níveis inferiores ao aumento do custo de vida, a demanda por bens de consumo não-duráveis sofreu uma grande queda. A queda da demanda por sua vez, levou "a formação de estoques invendáveis nas mãos do comércio" e consequentemente, "os pedidos à indústria foram drasticamente reduzidos".²⁵ Outras medidas de política econômica criadas pelo Governo militar serviram para agravar ainda mais a situação do setor de não-duráveis. A política de preços colocada em prática, por exemplo, também não favorecia as empresas li

(23) Paul Singer, A Crise do "Milagre", p. 108.

(24) TAVARES, Maria da Conceição e ASSIS, J. Carlos de. O Grande Salto Para o Caos, RJ, Jorge Zahar Editor, 1985, p. 12.

(25) Paul Singer, A Crise do "Milagre", p. 108.

gadas à produção de bens consumo não-duráveis. Antes de 1964, os controles administrativos de preços, geralmente se restringiam aos gêneros de primeira necessidade. A política econômica do pós-64, estenderia o controle dos preços a outros produtos industriais. Na gestão do presidente Castelo Branco se "tentou um sistema voluntário de controle de preços (iniciado em fevereiro de 1965) que dava às empresas facilidades tributárias e creditícias se elas seguissem as diretrizes sobre preços estipuladas pelo Governo. Estas eram aplicadas somente a metas antiinflacionárias dos ministros Campos e Bulhões, e como tais metas eram largamente ultrapassadas a cada ano, poucas empresas seguiram tais diretrizes".²⁶ No Governo de Costa e Silva, o ministro da Fazenda Delfim Neto, adotou uma sistemática diferente. Já um decreto de dezembro de 1967, exigia que todos os "aumentos de preços tivessem aprovação prévia do Governo".²⁷ Posteriormente, mais precisamente em agosto de 1968, foi criado o Conselho Interministerial de Preços - CIP - cuja sistemática consistia em "autorizar aumentos de preços apenas na medida em que eram justificados por elevações de custos". O problema é que a correspondência entre custos e preços é uma norma típica dos oligopólios, cujo domínio dos mercados em que atuam lhes permite adotar uma política de fixação de preços à base dos custos mais uma margem proporcional de lucros".²⁸ Assim, a política do CIP não prejudicava as empresas voltadas para a produção de bens de consumo duráveis - automobilística, eletrodomésticos, etc. - já que tais setores estavam nas mãos de empresas oligopolistas - multinacionais, associadas ou nacio

(26) Thomas Skidmore, *Op. cit.*, p. 145.

(27) *Idem.*

(28) Paul Singer, *A Crise do "Milagre"*, pp. 86-87.

nais - que poderiam tranqüilamente arcar com as restrições creditícias impostas pelo Governo, pois poderiam recorrer, a qualquer momento, às suas matrizes no exterior. Por outro lado, como estas empresas já tinham alcançado um alto grau de monopolização, elas não sofriam grandes dificuldades com a ampliação da carga tributária, e com a política de preços ditada pelo CIP, conseguindo "preservar suas margens de lucro sem violar o tabelamento".²⁹ O mesmo não se pode dizer com relação às pequenas e médias empresas ligadas à produção de bens de consumo não-duráveis, como o leite, a carne, o óleo comestível, etc. Em tais indústrias, "a estrutura de custos varia muito de empresa para empresa, sendo difícil determinar o aumento médio desses custos. A tendência das autoridades é naturalmente tomar por base empresas relativamente mais eficientes para a fixação de novos preços, o que dá lugar a conflitos e ao aparecimento de mercado negro, em parte facilitado pelo grande número de vendedores, o que torna difícil a fiscalização".³⁰

Assim, o período que se seguiu imediatamente ao pós-Golpe foram anos difíceis, não apenas para os assalariados de baixa renda, como também para setores da burguesia industrial brasileira. Nesse contexto, o que, de fato, a média-burguesia industrial desejava mudar em termos de política econômica? A média-burguesia desejava mudanças, principalmente na política governamental de créditos. Em telegrama ao Ministro da Fazenda, a Federação das Indústrias de São Paulo - FIESP - mostrava "apreensão" pelos sintomas de "recessão" visíveis na economia brasileira. E salientava que, "caso perdurassem as dificuldades de crédito, seria impossível

(29) Paul Singer, A Crise do "Milagre", pp. 86-87.

(30) Idem.

às empresas manter a produção". Para amenizar a situação, a FIESP pedia a "intervenção do Ministro junto ao sistema bancário, a fim de se evitar a diminuição das atividades produtoras, o que poria em risco o programa de Governo de desinflação com desenvolvimento".³¹ As críticas, bem como as "sugestões" para mudanças na política econômica, continuaram durante os anos de 1965 e 1966. A própria Confederação Nacional da Indústria - CNI -, publicou um documento em novembro de 1966, onde criticava a política creditícia, tributária e salarial do Governo.*

Os apelos do empresariado não seriam atendidos pelo Governo de Castelo Branco. A esperança - e "sugestões" - se voltou então para o Governo de Costa e Silva.

Com a subida de Costa e Silva à presidência da República em 1967, a política governamental sofreria uma série de mudanças. Analisando os problemas da economia brasileira, Delfim Neto - Ministro da Fazenda de Costa e Silva - chegou à conclusão de que a inflação brasileira era provocada pelos custos e não por um excesso de demanda como apregoava Campos e Bulhões, ministros de Castelo Branco. A orientação agora era no sentido de se injetar crédito na economia, a fim de

(31) DANTAS, H. Crédito para a Produção. In: Boletim Informativo da FIESP-CIESP, 19/08/64, ano XV, Vol. LXXV, nº 776, pp. 4-5.

(*) Eis a seguir alguns trechos do documento elaborado pela Confederação Nacional da Indústria, contendo "críticas" e "sugestões" à política econômico-financeira do Governo Federal. Sobre o crédito: "... Com a política de restrição de crédito lançada pelo PAEG e a redução do surto inflacionário, evoluiu a economia para juros positivos e proporcionais à insuficiência do crédito. Em termos concretos: as empresas que recorrem às sociedades de crédito e financiamento pagaram, em 1965, um juro anual real de 8,8% e, em 1966, de 15% a 18%. Essas taxas, insuportáveis em qualquer situação, contribuíram, nos últimos dois anos, para tornar deficitárias as poucas empresas que haviam conseguido manter certa margem

estimular a demanda e, conseqüentemente, acelerar o crescimento. Assim, os créditos foram liberados - o crédito bancário ao setor privado aumentou 57% -, os gastos governamentais foram ampliados e o controle da inflação foi reduzido - a inflação alcançou a faixa dos 24% em 1967.³² Apesar da liberalização do crédito, o controle dos preços tornou-se mais rígido - lembre-se de que o CIP foi criado na gestão de Delim Neto - e a política salarial do Governo tornou-se até mais "intervencionista" do que a de Castelo Branco, já que Costa e Silva "prorrogou indefinidamente o seu poder de fixar o salário-mínimo".³³

Com a liberalização dos créditos os apelos dos empresários brasileiros foram aparentemente atendidos. Mas, que setores da produção se beneficiaram com as mudanças ocorridas na política econômica? Em que setores da produção o Governo queria estimular a demanda?

Os grandes beneficiários da nova orientação imprimida à economia a partir de 1967 foram justamente aqueles setores voltados para a produção de bens de consumo duráveis - automóveis, eletrodomésticos, etc. Mecanismos de crédito ao

de lucro..." Sobre a questão tributária: "... O aumento do gravame fiscal pode ser apontado como fator responsável pela gravíssima situação da indústria brasileira (...) Os tributos que em 1960 representavam 22,9% do Produto Interno, subiram para 23,3% em 1964 e ultrapassaram 24% em 1965..." Sobre a questão da retração das vendas e política salarial: "... Por uma série de circunstâncias, entre as quais predominou a adoção de um 'resíduo inflacionário' bastante inferior à elevação do custo de vida, a capacidade de compra da população trabalhadora declinou rapidamente (...). Os produtores de bens consumidos pelas classes mais altas foram menos afetados pelo fenômeno. Isso revela outro tipo de distorção: a correção monetária dos aluguéis e juros unida a uma política restritiva de salários provocou transferência de poder aquisitivo para os grupos de maior renda ..." Sobre capitais estrangeiros: "... O PAEG, no capítulo sobre 'Política de Capi

consumidor foram acionados, possibilitando o financiamento para a venda de bens de consumo duráveis, bens estes, adquiridos fundamentalmente pela classe média e alta. A construção civil através de créditos oferecidos em abundância aos construtores pelo BNH, foi um outro setor que também cresceu bastante no período. E com a construção civil cresceram a indústria metalúrgica, a de materiais não-metálicos, a de material elétrico, etc, que são ramos da produção, cujo mercado é constituído pela própria construção civil.

Assim, a demanda por bens industriais teve um aumento significativo durante a gestão de Delfim Neto; mas "dirigiu-se predominantemente a determinados ramos da indústria, pois ela era o resultado de um processo de concentração da renda que privilegiava as necessidades de uma elite relativamente reduzida".³⁴ Com efeito, no período de 1968/71 - fase conhecida como sendo a do "milagre brasileiro" - "a indústria de material de transporte (na qual predomina a automobilística) cresceu 19,1% ao ano, a de material elétrico (na qual se inclui a de aparelhos eletrodomésticos e eletrodomésticos) cresceu 13,9% ao ano, ao passo que a indústria

tais Estrangeiros', se propusera, com rara felicidade, a 'favorecer o desenvolvimento da classe empresarial nacional por meio de medidas que coloquem em condições de competição com empresários estrangeiros'. Na prática, todavia, nada foi feito. Pelo contrário, em 1965, quando o País lutava com sérias restrições de crédito e taxas de juros elevadíssimas, os grupos estrangeiros puderam, através de 'swaps' e da Instrução 289, obter no exterior recursos abundantes (...) e a baixo custo. Mantiveram, assim, seus níveis de produção ou mesmo expandiram atividades, enquanto os empresários nacionais se viam forçados a lutar com todas as forças, simplesmente para sobreviver. Estes e outros fatos determinaram o acelerado processo de desnacionalização que se manifestou de três formas principais: a aquisição do controle de empresas brasileiras por grupos estrangeiros, ocupação do mercado deixado li

têxtil cresceu apenas 7,7% ao ano, a de produtos alimentares 7,5% ao ano e a de vestuário e calçados 6,8% ao ano".³⁵ Tendo-se por base estes dados, é fácil perceber que a produção de bens de consumo duráveis, que são adquiridos principalmente por grupos de altas rendas, cresceu de uma forma bem mais elevada do que a produção de bens de consumo não-duráveis, que fazem parte do universo de toda a população.

Um outro setor que recebeu especial atenção dentro da política econômica governamental, foi o das exportações. Uma série de incentivos fiscais foram criados com o intuito de favorecer os grandes exportadores, especialmente os de manufaturados. Através de uma portaria o Ministro da Fazenda Delfim Neto "isentava de impostos toda linha de produção de manufaturados destinados à exportação, os quais já haviam sido beneficiados com a isenção do IPI e do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM)".³⁶ As exportações conferiram um certo desafogo aos setores ligados à produção de bens de consumo não-duráveis, principalmente a dos têxteis e de alimentos, auxiliando-os em sua recuperação até 1969. Deste modo, "no crescimento da produção de vestuário e calçados no período em questão - 1968/71 -, nada menos que 67,6% correspondeu ao aumento das exportações, sendo que no caso da indústria de produtos alimentares esta proporção foi de 45,3% e na têxtil de 14,3%".³⁷

Por tudo que foi dito acima, pode-se concluir que

vire pelo fechamento de fábricas nacionais e, finalmente, do mínimo dos setores mais dinâmicos da economia, como o petroquímico, pelos investidores alienígenas..." Extraído do Jornal O Estado de S. Paulo, 20/11/66.

(32) Dados extraídos de Thomas Skidmore, Op. cit., pp.144 - 145.

(33) Idem, p. 147.

(34) Paul Singer, A Crise do "Milagre", p. 112.

(35) Idem, pp. 112-113.

as mudanças introduzidas por Delfim Neto na política econômica do Estado militar, favoreceram a concentração de renda pessoal, que, por sua vez, elevou o consumo diferenciado das classes média-alta. Do ponto de vista do capital, a política econômica foi um sucesso, pois eliminou do mercado as empresas mais débeis, promovendo a concentração de capital. Porém, como bem salientou Paul Singer, "os interesses não-representados não deixam de existir, e se seu eventual não-atendimento pode dar maior eficácia à política econômica, os resultados desta podem ter cada vez menos em comum com as necessidades e aspirações da maioria da população".³⁸

A política do Estado militar também não seria mais favorável aos proprietários de terras e aos grupos agrário-exportadores; ou seja, os interesses da grande propriedade fundiária e dos grupos agrário-exportadores também não foram incorporados pela política econômica do Estado militar. Apesar de terem tido papel de destaque no processo de mobilização que levou à derrubada do Governo João Goulart, os grandes proprietários de terra não teriam influência na formulação da política econômica do Estado militar. De certa forma, tais setores foram úteis apenas para derrubar o Governo Goulart. Sem condições de exercerem hegemonia numa sociedade industrial atingida pelo desenvolvimento monopolista, suas aspirações foram modestas: queriam apenas manter o seu status quo. Para tanto, suas aspirações restringiam-se à dissolução das Ligas Camponesas, à prisão e a eliminação de líderes camponeses, ao afastamento do fantasma da reforma agrária redistributiva. E, neste sentido, foram atendidas pelo Estado militar. Como bem salientou João Quartim, "uma classe deca

(36) Lúcia Maria Gaspar Gomes, Op. cit., p. 205.

(37) Paul Singer, A Crise do "Milagre", p. 113.

(38) Idem, pp. 86-87.

dente é sempre modesta nas suas aspirações".³⁹

A dominação da indústria sobre a agricultura era um fato irreversível desde o Governo de Juscelino Kubitschek (1956/1961). E a dependência da indústria em face da agricultura de exportação tenderia a diminuir cada vez mais a partir de 1964. Se em 1961 as vendas de café representavam 50,7% do total das exportações brasileiras, em 1965 a percentagem cairia para 42,2% e em 1969 para 36,5%. No mesmo período, o valor das exportações de manufaturados passou de 37 milhões de dólares em 1961, para 109,5 milhões de dólares em 1965, o que significa dizer um aumento de 2,6 para 6,8% do valor total das exportações.⁴⁰ Estes dados demonstram que, numa economia industrial atingida pelo desenvolvimento monopolista, a dependência da indústria com relação à agricultura de exportação é praticamente nula. A velha propriedade rural organizada em torno da produção de um único produto sofreu, inclusive, grandes transformações.

A política fiscal e de créditos desenvolvida pelo Estado militar no pós-64 tinha um objetivo definido: transformar a velha propriedade rural em uma moderna empresa capitalista e, com isto, colocá-la a serviço do grande capital monopolista. Neste sentido, a centralização do aparelho de Estado no pós-64 contrariou frontalmente os interesses dos grandes proprietários de terras. Estes sempre foram ligados ao sistema federativo e à autonomia municipal. O imposto sobre a terra, por exemplo, que anteriormente era de "competência municipal", no pós-64 "passaria às mãos do governo federal, conferindo-lhe esta passagem uma função extrafiscal: a implementação da modernização tecnológica, e do incremento

(39) João Quartim, Op. cit., p. 14.

(40) Os dados foram extraídos de João Quartim, Op. cit., p. 15.

da produtividade agrícola".⁴¹ Por outro lado, a política de créditos aplicada ao campo levaria à erradicação dos cafezais, isto é, "à reorientação das monoculturas"⁴² em favor principalmente da soja e cítricos, produtos estes que gozavam de boa aceitação no mercado internacional. Com tal política, o Governo conseguiu reduzir o número de cafezais brasileiros de 45 bilhões em 1962 para 2,6 bilhões em 1967.⁴³ Isto ocasionou uma diminuição da oferta de café brasileiro no mercado mundial, contendo-se, desse modo, a contínua baixa dos preços do café.

Em resumo, a política do Estado militar com relação ao campo tinha como objetivo sujeitar a grande propriedade fundiária às necessidades do grande capital monopolista. E, na formulação dessa política econômica, os grandes proprietários rurais não tiveram qualquer participação. Submeteram-se simplesmente às decisões do Governo militar.

(41) Décio Saes, Op. cit., p. 165.

(42) Idem.

(43) Dados extraídos de João Quartim, Op. cit., p. 27.

Cap. III - A FRENTE AMPLA: UM FENÔMENO DE CRISE E DESLOCA-
MENTO DE REPRESENTAÇÃO.

1. FRENTE AMPLA: RESPOSTA EXTRA-PARLAMENTAR À
CRISE PARTIDÁRIA.

A vitória do movimento político-militar de 1964 e o consequente controle do aparelho de Estado pelos militares, trouxe uma série de mudanças a nível de política partidária do país, bem como em termos de política econômico-financeira.

A criação de um bipartidarismo previamente expurgado de seus elementos mais combativos e sem condições de exercer um controle efetivo das decisões do Executivo, ocasionou descontentamento em ponderáveis setores da 'classe política', que teve de se engajar na ARENA ou no MDB. Por outro lado, a política de cassações desenvolvida pelo regime militar, e a supressão dos partidos tradicionais, não implicou no desaparecimento das antigas lideranças. Estas subsistiram e, para continuar a fazer política, precisaram encontrar um outro local para agir, bem como representar interesses descontentes - não incorporados - pelo Estado militar. Foi o caso de João Goulart, presidente deposto pelo Golpe e no exílio, o de Juscelino Kubitschek que teve seus direitos políticos cassados pelo AI-1, e Carlos Lacerda, que embora ainda gozasse de seus direitos políticos, não se engajou no bipartidarismo recém-criado. Os três eram políticos profissionais, ou seja, homens que fizeram da política a sua profissão principal, e estavam politicamente deslocados, sem um espaço definido para desenvolver a atividade política. Ao mesmo tempo, o descontentamento com os partidos legalmente cons

tituídos atingiu também parlamentares engajados na ARENA e no MDB.

Ao assumirem o controle do aparelho de Estado, os militares passaram a representar certos interesses de classe, antes representados pelos partidos tradicionais, ou seja, os militares se transformaram num 'partido político': 'o partido do grande capital monopolista'. Como vimos no capítulo precedente, o objetivo primordial do Governo militar era introduzir no Brasil, uma série de alterações na política econômica de Estado. Para tanto, medidas teriam de ser tomadas visando a livrar o país das distorções legadas pelo populismo e a alterar o rumo que até então tinha sido dado ao processo de crescimento.

A nova orientação imprimida na política econômica de Estado tinha como meta estimular a penetração de investimento multinacional no Brasil, e aumentar a taxa de acumulação de capital. Tal objetivo exigia a tomada de uma série de medidas para conter a inflação, promover uma diversificação de culturas no campo, racionalizar a estrutura econômica e financeira do país, a fim de possibilitar a expansão da indústria de bens de consumo duráveis, de equipamentos industriais, de bens intermediários, que eram justamente os ramos industriais de interesse do grande capital monopolista. Ao colocar em prática tal política, o Estado militar deixou de incorporar interesses de setores da classe dominante que tiveram, inclusive, participação no movimento político-militar de 1964, o que provocou um descontentamento não apenas nas camadas populares, como também dentro de setores do empresariado nacional - em especial a média-burguesia industrial tradicional.

Na verdade, ao colocar em prática tais medidas, o

Governo militar estava criando condições para a retomada do crescimento econômico que ocorreria de forma nítida a partir de 1968, com a abertura de um novo ciclo expansivo da acumulação capitalista. Naquela conjuntura, porém, tal situação era vista como o prenúncio de uma crise econômica, que levaria o país à estagnação devido à retração de investimentos, ocasionando a internacionalização do mercado interno. Na verdade, tais receios tinham fundamento. A ênfase colocada pelo Governo militar na necessidade de satisfazer os credores e investidores estrangeiros, com a consequente aplicação das recomendações do FMI, tinha produzido, em 1966, uma severa recessão industrial. Os investimentos brutos que giravam em torno de 16,5% no início da década de 60 caíram para 10,7% em 1965 e para 12,8% em 1966, sendo que a responsabilidade por esta queda coube inteiramente ao setor privado. Enquanto o Governo mantinha seu nível de investimentos, o setor privado, que investira entre 11% e 12% da renda (produto interno bruto) no início da década, baixou sua participação para 5,5% e 7,8% em 1965 e 1966.¹

Assim, os anos imediatamente pós-Golpe foram caracterizados por um grande descontentamento não só por parte das camadas populares que sentiam mais fortemente os efeitos do arrocho salarial, como do empresariado nacional que passou a desenvolver uma série de protestos contra a política econômico-financeira do Governo, através de seus órgãos de classe.

A conjuntura 1966/67 apresentava um clima propício ao lançamento de movimentos de oposição ao regime. Havia parlamentares descontentes com a situação partidária do país, lideranças sem representados, ou seja, políticos profissio-

(1) Dados extraídos de L.C.Breser Pereira, Op. cit., pp. 133-134.

nais marginalizados pela militarização do aparelho de Estado, e frações da classe dominante sem representantes. E o partido tido como de oposição - o MDB - não conseguia, devido às condições precárias de funcionamento do Legislativo, influir nas decisões do Executivo. Tudo indicava que o Governo militar estava perdendo sua base de sustentação - pelo menos essa era a visão da oposição - encontrando dificuldades para manter a coesão dos interesses que representava.

A Frente Ampla surgiu em setembro de 1966 da união de setores da antiga 'classe política' que por um motivo ou outro, foram marginalizados pela crescente militarização do aparelho de Estado. O movimento visava justamente a canalizar o descontentamento reinante, num contexto onde o Governo de Castelo Branco se tornava cada vez mais impopular. Teoricamente, o movimento se colocava como um espaço aberto a todos os setores que por um motivo ou outro, estavam descontentes com os rumos da 'revolução'. E, por se colocar como um espaço aberto a todos os setores que estavam descontentes com a política desenvolvida pelo Estado militar, tal espaço foi interpretado de forma diferente pelos elementos que se engajaram no movimento. Para alguns parlamentares que entraram na Frente Ampla, o movimento era considerado como capaz de ser mais oposição ao regime do que os partidos legalmente constituídos - mais especificamente o partido tido como oposição, o MDB. Para tais elementos, participar da Frente Ampla significava uma forma de usufruir do 'carisma' de Lacerda, de sua capacidade de transformar seus pronunciamentos em manchetes de jornais. Para os setores mais de esquerda - especificamente os trabalhistas que sob a orientação de Goulart entraram no movimento - significava liberdade para sair às ruas, meta esta que não era colocada pelo MDB. A própria união de Lacer

da com Juscelino Kubitschek e Goulart foi, no fundo, uma tentativa de canalizar para um espaço extra-parlamentar o apoio de setores descontentes do empresariado nacional com a política - tanto a nível institucional como a nível econômico - do Governo e, ao mesmo tempo, obter o apoio da classe trabalhadora para o movimento, já que dentro dos partidos legalmente constituídos tais descontentamentos não tinham condições de ser representados. Como vimos anteriormente, o Exército funcionava como o 'partido' do grande capital, e os partidos criados pelo AI-2 não tinham condições de exercer uma influência real sobre o processo decisório. Por outro lado, a união de Lacerda com Juscelino Kubitschek e João Goulart objetivava tornar a Frente Ampla conhecida a nível nacional, expurgando-a do "estigma" lacerdista, ou seja, da imagem negativa de golpista que Lacerda possuía, devido à sua participação em sucessivos golpes, antes de 1964 - e no pior de todos, que foi o Golpe de 1964. Como bem afirmou Thomas Skidmore, "por nunca ter feito proselitismo em âmbito nacional", Lacerda "precisava aliar-se a políticos largamente conhecidos no país".² A própria participação de comunistas na Frente Ampla, teria a função específica de "organizar, trazer as massas para os comícios", dar enfim, um caráter mais popular ao movimento.³ Se verdadeira, esta hipótese serviria para comprovar que, sem a participação da esquerda, a Frente Ampla não conseguiria organizar os setores populares, caso resolvesse assumir um contato mais estreito com o movimento popular. Por outro lado, esta adesão de comunistas a um movimento de oposição burguesa como a Frente Ampla, se explicaria

(*) O termo foi usado por David Lerer, ao se referir a fama de golpista convicto que Lacerda tinha adquirido. David Lerer, Entrevista.

(2) Thomas Skidmore, Op. cit., p. 114.

(3) David Lerer, Entrevista. Sobre o único comício que se

pelas resoluções tomadas no Sexto Congresso do Partido Comunista - dezembro de 1967 - que colocava com "perspectiva de luta", a "derrota da ditadura militar através da aliança com a oposição burguesa e dos arranjos de cúpula".⁴ Tal postura justificaria a adesão à Frente Ampla de comunistas que seguem a linha oficial do Partido Comunista Brasileiro. Mas outros setores da esquerda não aderiram à Frente Ampla. Miguel Arraes, por exemplo, não aderiu ao movimento por considerá-lo uma mera "aliança entre algumas personalidades brasileiras, sem qualquer respaldo popular", ou "contestação do regime". Segundo Arraes, a Frente Ampla "pretendia apenas um alargamento do espaço, para a participação dessas personalidades no quadro político sem se colocar frontalmente contra a estratégia econômica e outros aspectos do regime instaurado em 64".⁵

Quanto aos ex-petebistas, amplos setores não aderiram à Frente Ampla. E mesmo entre aqueles setores que aderiram, não houve um consenso em relação à tática empregada pela Frente Ampla. Os 'janguistas', por exemplo, eram a favor da anistia e contra a transformação da Frente Ampla num terceiro partido. Eram contra a posição do movimento em relação ao Governo de Costa e Silva. Achavam que a Frente Ampla "não deveria se colocar numa posição de expectativa diante daquilo que o Governo fará ou não". Deveria sim, "antecipar-se e lançar sua mensagem ao povo. Se os propósitos do Governo Costa e Silva fossem os mesmos, nada ficaria invalidado, pois então seria o próprio Governo que viria apoiar os princípios

tem notícia da participação da Frente Ampla - início de 1968 em São Caetano - contou na sua organização com a ajuda dos trabalhistas e comunistas.

(4) GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas, SP, Ática, 1987, p. 90. Sobre a posição do PCB no pós-64, ver também PCB: vinte anos de política - 1958-1979 (documentos), SP, LECH, 1980.

da frente".⁶ Leonel Brizola não aderiu à Frente Ampla, embora considerasse "legítima a posição de seus antigos companheiros de entrarem na Frente Ampla", liberando "os seus companheiros do extinto PTB para participarem de qualquer movimento destinado a restaurar o processo democrático no país". Afirmava que suas "restrições à Frente Ampla eram de caráter meramente pessoal".⁷ Por outros motivos, alguns 'fisiológicos' como Ivete e Lutero Vargas, não aceitavam de forma alguma qualquer tipo de aliança com Lacerda. E acrescenta-se ainda que muitos trabalhistas aderiram aos vitoriosos de 1964.

Para Juscelino Kubitschek e Goulart, personagens proibidos de participar da política através do sistema representativo oficial, a união com Lacerda poderia significar uma possível alteração na sua situação de cassados, caso o movimento conseguisse alterar os rumos da 'revolução'. Para Lacerda, se as eleições diretas fossem restabelecidas - ponto essencial do programa da Frente Ampla - ele teria chance de vir a ser presidente da República. Temos aí a motivação para a entrada de políticos de tendências tão diversas na Frente Ampla.

A oposição da Frente Ampla ao regime militar, foi, no entanto limitada. Embora se colocasse como um espaço extra-parlamentar aberto a todos os setores descontentes com a política desenvolvida pelo Estado militar, o movimento, na prática, nunca estabeleceu laços orgânicos com a classe trabalhadora que sofria mais de perto os efeitos da política econômica do Governo. Temas como reforma agrária redistributiva, mudanças na política sindical, não faziam parte das

(5) TAVARES, C. e MENDONÇA, F. Conversações com Arraes, BH, Vega, 1979, p. 105.

(6) Jornal O Estado de S. Paulo, 17/06/67.

(7) Jornal do Comércio, 23/02/68.

reivindicações da Frente Ampla. Até mesmo a questão do arrocho salarial era um tema pouco enfatizado pela Frente Ampla. Quando a política salarial era mencionada, vinha sempre associada à diminuição do consumo e às dificuldades pelas quais passava o mercado interno brasileiro. Ao levantar tais temas a Frente Ampla tentava se colocar como porta-voz daqueles setores do empresariado nacional que estavam sendo prejudicados pela política econômico-financeira do Governo.

Disto tudo se conclui que a Frente Ampla nunca, realmente, pretendeu sair às ruas, e estabelecer laços mais efetivos com a classe trabalhadora, como desejavam os trabalhadores. Como bem salientou Décio Saes, "a Frente Ampla se definiu, desde o começo, como um movimento 'civilista' de elite, aspirando a infiltrar-se nas estruturas do Estado militar a fim de comandar, do alto, o processo de desmilitarização e de redemocratização".⁸ Tal postura impediria, na prática, uma aproximação direta com a classe trabalhadora, e a consequente transformação do movimento numa oposição efetiva ao regime militar.

2. A FRENTE AMPLA E OS INTERESSES DA MÉDIA-BURGUESIA INDUSTRIAL.

Definindo-se como um movimento extrapartidário, que reunia em sua cúpula elementos da antiga 'classe política' marginalizada pela crescente militarização do aparelho de Estado, a Frente Ampla tentou, no seu curto período de vida, (setembro de 1966 a abril de 1968) representar os interesses daqueles setores descontentes com a política desenvol

(8) Décio Saes, Op. cit., p. 199.

vida pelo regime militar, em especial os da média- burguesia industrial.

Com a vitória do movimento político-militar de 1964, o conjunto da classe dominante aceitou a militarização do aparelho de Estado como uma situação transitória. A militarização era tida como um instrumento necessário para debelar a ascensão do movimento popular. No entanto, a militarização do aparelho de Estado revelou-se mais intensa e dura do que se esperava; o que deveria ser uma exceção transformou-se em regra geral. A classe dominante e os políticos não perceberam que o que se encontrava em jogo era a introdução de mudanças no modelo de desenvolvimento econômico para o Brasil. E a introdução dessas mudanças exigia, por sua vez, mudanças a nível das instituições. Em outras palavras, a militarização do aparelho de Estado correspondia às necessidades do grande capital monopolista.

A unidade dos vencedores de 1964 era precária e seu único ponto de interesse comum era a repressão ao movimento popular, no que, foram plenamente atendidas pelo Estado militar. De resto, o conjunto da classe dominante não possuía nenhum programa efetivo de governo. Nenhuma classe, ou fração da classe dominante tinha condições de apresentar os seus interesses de classe como interesses da sociedade como um todo. Daí, inclusive, haver discrepância entre o que se apregoava em 1964 - defesa da Constituição de 1946, defesa da democracia contra o comunismo, etc. - e o regime constituído no pós-64 - um Estado autocrático-militar que destruiu a pequena e a média empresa industrial e criou constituições como as de 1967 e 1969.

A bem da verdade, o conjunto da classe dominante se uniu em 1964, porque o Governo populista de João Goulart se mostrou incapaz de "manter a ordem". A classe dominante,

porém, não tinha consciência de que o restabelecimento da ordem implicaria numa militarização por um tempo indeterminado; ou seja, a "derrubada do governo nacional-burguês" de João Goulart "estava necessariamente ligada à criação de um estado burguês de tipo novo".⁹

Assim, a unidade dos vencedores de 1964 logo se romperia. Enquanto parte da classe dominante - "a burguesia republicana" - acreditava que a Constituição de 1946 deveria ser preservada, a outra parte - "a burguesia militarista" - tinha percebido que a "transformação monopolista da economia nacional supunha, pelo menos durante um período relativamente longo, um Estado autocrático e militar".¹⁰ E, nesta luta entre a burguesia republicana e a burguesia militarista, a segunda seria a grande vencedora.

A forma autocrático-militar assumida pelo Estado pós-64 correspondia aos interesses do grande capital monopolista. Toda política desenvolvida pelo Estado militar foi dirigida no sentido de estimular o desenvolvimento daqueles setores industriais sob o controle do grande capital. Com isto, os interesses do médio capital seriam prejudicados. Tal política receberia protestos da média-burguesia industrial. A Confederação Nacional da Indústria, como vimos anteriormente, fez críticas ao programa econômico do Governo; "ao longo de 1966, todas as federações regionais da indústria desencadeariam protestos contra a política salarial e creditícia do Estado militar, e mesmo a SRB (Sociedade Rural Brasileira) se lançaria ao ataque da política de créditos e de preços".¹¹

Em nível partidário, o MDB também se manifestou contra as eleições indiretas para a presidência e a política

(9) João Quartim, *Op. cit.*, p. 14.

(10) *Idem*, p. 24.

(11) Décio Saes, *Op. cit.*, p. 196.

econômica desenvolvida pelo Governo militar. Mas os protestos da oposição parlamentar eram inúteis diante das superpotências do Executivo. Desse modo, através dos partidos legalmente constituídos, a média-burguesia industrial não tinha condições de se fazer representar.

Foi nesse contexto de crescente descontentamento com a política econômica desenvolvida pelo Estado militar que surgiu a Frente Ampla, cuja base social de apoio foi buscada justamente na média-burguesia industrial tradicional. Embora a Frente Ampla tentasse, em seus manifestos levantar palavras de ordem que poderiam atrair certos setores - como, por exemplo, a classe operária e o movimento estudantil -, em nenhum momento tentou estabelecer laços orgânicos com estes setores. A Frente Ampla, por exemplo, nunca deu uma ênfase mais concreta a questões como arrocho salarial, política sindical, etc. Os próprios trabalhistas que participavam da Frente Ampla mostravam um crescente descontentamento com a atuação do movimento. As queixas mais frequentes dos trabalhadores giravam em torno do fato de o movimento não dar uma "maior participação às organizações operárias no processo de organização real da Frente Ampla", "não dar apoio à luta dos sindicatos contra a política salarial" e "hesitar em sair às ruas em comícios e outras manifestações públicas".¹²

Em seu Manifesto Inicial (28/10/1966), a Frente Ampla reivindicava a "redemocratização do país" com o restabelecimento de "eleições livres e diretas", a "reforma dos partidos e instituições" e a "retomada do desenvolvimento econômico". E no que consistia esta "retomada do desenvolvimento"? Segundo o Manifesto, a política econômica do Governo

(12) Jornal do Brasil, 19/11/67.

deveria "visar à expansão do mercado interno, melhores salários para aumentar a capacidade de consumo e incorporação dos setores rurais marginalizados do processo econômico".¹³ Em dezembro de 1967, Lacerda foi mais incisivo ainda ao afirmar que a "economia brasileira estava cada vez mais estatizada e a margem que sobrou para a economia privada estava cada vez mais americanizada, coexistindo nesse campo a indústria americana e o Estado brasileiro".¹⁴

Pelas citações acima, é fácil perceber que as reivindicações da Frente Ampla refletiam o descontentamento da média-burguesia com a política de expansão do grande capital. No entanto, a oposição da média-burguesia era limitada. A média-burguesia queria a redemocratização, porque lhe parecia o único meio de restabelecer sua influência sobre a política de desenvolvimento. A redemocratização pretendida não expressava, é claro, um desejo de retorno ao populismo. Pelo contrário, a redemocratização pretendida pela média-burguesia não incluía as reivindicações das camadas populares, e a política populista de integração operária era considerada a causa da ascensão do movimento popular durante o Governo de João Goulart. Logo, a oposição desenvolvida pela média-burguesia ao Estado autocrático-militar se verificava apenas na medida em que não incorporava os seus interesses em termos de política econômica. Este caráter limitado da oposição da média-burguesia ao Estado militar a impediria de estabelecer alianças com outros setores sociais excluídos pela política monopolista de desenvolvimento. A incapacidade da média-burguesia de realizar alianças com outros setores sociais explicaria a fraqueza da oposição burguesa ao Estado militar. A bem da verdade, a média-burguesia acreditava que a redemocr

(13) Manifesto Inicial da Frente Ampla, 28/10/66. In: Documentos Básicos da Frente Ampla, Op. cit.

(14) Jornal do Comércio, 12/12/67.

tização e a consequente mudança da política econômica em favor dos seus interesses poderiam ser realizadas pelo próprio Estado militar.

Os anos compreendidos entre 1964 e 1967, foram anos de incerteza. O nível de investimento começou a cair em 1964, atingindo seu ponto mais baixo em 1965, só voltando a crescer de forma nítida a partir de 1968. Foi um período em que a economia se manteve em depressão, caracterizada por curtos períodos de expansão, interrompidos por sucessivas recessões, até pelo menos 1967. Neste clima de incertezas, os resultados da política econômica governamental eram, no mínimo, ambíguas.

A Frente Ampla tentaria canalizar o descontentamento da média-burguesia para dentro do movimento, ou seja, tentaria se colocar como representante dos interesses da média-burguesia industrial. O problema é que a média-burguesia preferiu apostar no Governo de Costa e Silva, continuando a levar suas reivindicações diretamente ao Ministro da Fazenda como já havia feito anteriormente no Governo de Castelo Branco. Ao agir desta maneira, a média-burguesia mostrava a sua descrença no sistema partidário como um meio de comunicação com o Executivo, e ao mesmo tempo descartava qualquer possibilidade de vir a aceitar a Frente Ampla como representante de seus interesses.* O caráter limitado das aspirações da média-burguesia se refletiria no comportamento da Frente Ampla - lembre-se que a Frente Ampla chegou a interromper suas atividades no decorrer do ano de 1967 a fim de ver as mudanças que Costa e Silva promoveria - e seria uma das causas da debilidade e consequente fracasso do movimento.

(*) Em nenhum dos documentos pesquisados foi encontrado quaisquer indícios de que a média-burguesia tenha tentado se aproximar da Frente Ampla - ou mesmo dos partidos legal -

3. AS DIFICULDADES DA FRENTE AMPLA.

Ao analisarmos um movimento político como a Frente Ampla, podemos concluir que foi uma tentativa de oposição bastante original. Esta originalidade consistiu exatamente na tentativa de desenvolver uma oposição ao regime instituído pelo movimento político-militar de 1964, através de pressões originadas e exercidas de fora do sistema representativo estabelecido pela ditadura, ou seja, fora dos partidos legalmente constituídos. As dificuldades em se fazer oposição no pós-64, no entanto, não eram poucas, principalmente em se tratando de um movimento com as características da Frente Ampla.

Em primeiro lugar, cumpre salientar que o descontentamento dos que apóiam um Golpe, cujos resultados não correspondiam às suas expectativas, não se traduziu, de imediato, em um sério problema para o regime estabelecido. O descontentamento reinante tinha de ser reconhecido, organizado, e precisava ser capaz de fazer alianças com condições de se opor seriamente ao regime. Isto não se fez de um momento para outro. O fator tempo era importante, e funcionou contra a oposição, na medida que o aparato repressivo do Estado estava muito bem organizado e podia ser colocado em ação a qualquer momento, quando a oposição se transformasse numa real ameaça ao regime. Em outras palavras, qualquer movimento de oposição que visasse a obter resultados positivos, isto é, que se propusesse a fazer um sério desafio ao regime, teria que contar com uma importante participação das classes populares. Isto quer dizer, que era impossível obter resulta
mente constituídos.

dos concretos contra o regime, sem que setores da classe dominante descontentes com a política desenvolvida pelo Estado, se propusesse a incorporar reivindicações importantes das classes populares. Só assim, teria condições de desafiar efetivamente a política desenvolvida pelo Estado - tanto em termos institucionais como em termos de política econômico - financeira.¹⁵

Para o regime instituído no pós-64, o êxito da política econômico-financeira era um ponto fundamental para a legitimação do regime. A não obtenção de êxito em termos de política econômico-financeira, poderia levar ao malogro da política geral do Estado, significando uma derrota para os militares que ocupavam o aparelho de Estado. Como vimos anteriormente, os resultados da política econômico-financeira desenvolvida pelo Estado militar, ocasionou um descontentamento dentro de setores do empresariado nacional - em especial a média-burguesia industrial tradicional - e dentro das classes populares. A média-burguesia industrial, porém, não desejava estabelecer aliança com as classes populares. Esta incapacidade da média-burguesia de estabelecer laços políticos efetivos com o movimento popular que começara a se reorganizar na conjuntura 1967/68, iria se refletir no comportamento hesitante da Frente Ampla. Apesar de insatisfeita com a política econômico-financeira do Estado militar, a média-burguesia acreditava ser possível restabelecer a sua "influência sobre a política de desenvolvimento", sem que por isto precisasse incorporar reivindicações das classes populares. Assim, no decorrer do ano de 1967 a Frente Ampla "hesitará entre uma linha clara de oposição ao Estado militar e a constituição de uma corrente política de apoio às tendências "democráti -

(15) Ver a este respeito Guillermo O'Donnell, Op. cit., pp. 33-34.

cas" existente no interior da camada militar dirigente".¹⁶ Daí a indecisão da Frente Ampla: não sabia se apoiava Costa e Silva, ou se partia para uma oposição mais efetiva ao regime. Diante da recusa da média-burguesia em mobilizar as classes populares, a alternativa que sobrou para a Frente Ampla foi tentar sensibilizar setores das Forças Armadas que estavam descontentes com os rumos que a 'revolução' seguia. Como bem salientou David Lerer, "nós fomos vender uma idéia com o olho esquerdo posto na opinião pública e o olho direito posto nos milicos, mas muito mais objetivando os milicos do que a opinião pública".¹⁷ A Lacerda caberia trazer para a Frente Ampla o apoio de setores das Forças Armadas, o que não conseguiu. No fundo, o que se pretendia era dar um golpe dentro do Golpe, isto é, mobilizar aqueles setores das Forças Armadas descontentes, para que interviessem no processo político, dando um novo golpe. Era o velho apelo às intervenções militares que tão bem havia funcionado antes de 1964. Ao agir daquela maneira, a Frente Ampla demonstrava não ter percebido que 1964 era diferente das intervenções militares anteriores. Dentro das Forças Armadas poderia haver divergências - e de fato havia - acerca de itens sobre o processo de consolidação da 'revolução'. Diante da oposição ao regime, no entanto, as Forças Armadas agiam como um partido político coeso - o 'partido da revolução', o que significa dizer, o partido do grande capital monopolista. Por outro lado, a união de Lacerda com Juscelino Kubitschek e principalmente com João Goulart, teve uma repercussão extremamente negativa dentro das Forças Armadas, uma vez que a área de comando militar passou a "identificar a Frente Ampla como a pró

(16) Décio Saes, Op. cit., p. 199.

(17) David Lerer, Entrevista.

pria contra-revolução" e Lacerda como o "desertor da causa"¹⁸. Com bem salientou Maria Victória de Mesquita Benevides, "a ocupação do poder de Estado pelos militares, justifica e esclarece o porquê da incompatibilidade de Carlos Lacerda com as Forças Armadas após 1964, se ele fora, justamente o principal defensor das intervenções militares. Lacerda e o lacerdismo foram consumidos por sua vitória em 1964, e a contradição aponta a fatalidade antropofágica do movimento que se diz revolucionário. O recurso à intervenção militar, de principal ponto de apoio do lacerdismo passou a ser o principal ponto de conflito e desagregação de sua inegável força política. Lacerda e o lacerdismo tornaram-se não mais aliados ou insufladores dos militares, mas persistentes concorrentes ao poder; de adversários passariam rapidamente a inimigos. A UDN lacerdista foi, portanto, a primeira a desligar-se do projeto político-militar que, afinal, defendera com brilho e eficiência durante tantos anos".¹⁹

4. O FRACASSO DA FRENTE AMPLA.

A fragilidade das armas políticas da qual dispunha a Frente Ampla, colocou em evidência o caráter ineficaz de sua oposição ao Estado militar. As hesitações da Frente Ampla refletiam as hesitações da média-burguesia industrial que não desejava incorporar as reivindicações das classes populares, apesar da conjuntura política de 1967-68, ter sido marcada pelo renascimento da oposição operária/estudantil ao Estado militar. Nos finais de 1967, Lacerda abandonou a tentativa de manter um 'diálogo' com o Governo Costa e Silva e

(18) Carlos Castello Branco, Op. cit., Vol. 2, p. 189.

(19) Maria Victória de Mesquita Benevides, A UDN e o Ude-nismo, p. 142.

passou a fazer discursos mais incisivos contra a política econômico-financeira do Estado. Sob a pressão dos setores mais de esquerda que participavam da Frente Ampla, Lacerda passou a planejar uma série de comícios para o início de 1968, aproveitando-se com isto, da efervescência do movimento operário/estudantil. Era o ato derradeiro de um movimento que nunca pretendeu realmente estabelecer laços políticos com o movimento popular - em especial com a classe operária. A incapacidade da oposição burguesa de estabelecer alianças com as classes populares seria uma das causas da debilidade e conseqüente fracasso da Frente Ampla. Em abril de 1968, através de uma portaria do Ministro da Justiça, as atividades da Frente Ampla foram proibidas, sem que houvesse qualquer reação política considerável por parte das classes populares ou da elite.

Por outro lado, as hesitações da Frente Ampla também refletiam as hesitações de Lacerda como político profissional em assumir o seu novo papel: o de representante do empresariado nacional, setor este que ele sempre havia combatido. Depois de 1964, Lacerda não mais conseguiria reunir os setores da sociedade civil que sempre o apoiaram. Na verdade, Lacerda jogou muito com seu "personalismo", com a sua capacidade pessoal de movimentar os setores da sociedade civil. O problema é que o "personalismo", o "carisma" de um determinado político não se desenvolve num vazio; pelo contrário, possui bases na estrutura de classes, e só obtém uma resposta positiva quando a liderança assume um discurso ideológico que é compatível com a ideologia dos representantes. As pesquisas realizadas por Gláucio Ary Dillon Soares, na Guanabara, mostram que o lacerdismo possuía "raízes na estrutura de classes, tendo, por outro lado um conteúdo ideológico não intervencionista e não nacionalista", ou seja, os

partidários de Lacerda se encontravam com maior frequência entre "os membros dos strata sócio-econômico mais favorecidos", mais precisamente entre as classes altas e média-alta, setores estes contrários ao "intervencionismo econômico do Estado" e "favoráveis ao capital estrangeiro".²⁰

Quando Lacerda, no pós-64, assumiu uma retórica nacionalista, desenvolvendo críticas ao FMI e ao capital estrangeiro, foi pouco a pouco se afastando da sua base original de apoio. As críticas que Lacerda passou a fazer à política econômico-financeira do Governo militar, não chegaram a sensibilizar as classes médias e superior, já que a política econômica do Governo não lesava o seu poder aquisitivo. Os grandes consumidores de bens de consumo duráveis - automóveis, eletrodomésticos, etc., - eram justamente as classes médias e altas, cujos ganhos tendiam a aumentar mais que a inflação, além de contarem com facilidades de crédito para o consumo. Por outro lado, o lacerdismo também possuía um programa político - Dillon Soares omite este fato - que se baseava no golpismo, no anti-massismo, na intervenção no processo partidário, a fim de favorecer um determinado partido em detrimento de outro, elitismo, etc. E é provável que o programa político do lacerdismo atraísse muito mais a classe média do que o programa sócio-econômico - não intervencionismo do Estado na economia, questão do capital estrangeiro. Assim, a união de Lacerda com Juscelino Kubitschek e principalmente com João Goulart, ocasionou um choque do lacerdismo com sua base social de apoio. Isto explicaria o silêncio das classes médias urbanas com relação à Frente Ampla.

Vemos assim que as dificuldades do deslocamento de representação não são fáceis de serem ultrapassadas. Ao assu-

(20) SOARES, Glaucio Ary Dillon. As Bases Ideológicas do Lacerdismo. In: Revista Civilização Brasileira nº 4, Ano I, Setembro de 1965, p. 69.

mir a representação dos interesses da média-burguesia industrial através da Frente Ampla, Lacerda foi aos poucos se afastando da sua base original de apoio, sem no entanto, conseguir uma resposta positiva da média-burguesia. Apesar de ter assumido uma retórica que teoricamente era condizente com os anseios da média-burguesia industrial, Lacerda não conseguiu obter o apoio destes setores para a Frente Ampla. Lacerda mudou muito rapidamente e seu passado político ainda estava bem vivo na memória do empresariado nacional, bem como na das classes populares. Por outro lado, o "desenvolvimento monopolista está em vias de criar uma nova média-burguesia, cuja produção - de bens intermediários - é diretamente destinada às grandes empresas de bens de consumo duráveis ou de bens de produção". Como essa "nova média-burguesia", "depende estreitamente da expansão do setor monopolista e da do ser uma beneficiária indireta da política econômica favorável a este setor, a nova média-burguesia não pode constituir uma força política de oposição ao grupo dirigente e ao grande capital".²¹

Em resumo, a Frente Ampla fracassou porque possuía baixa representatividade de classe. A sua incapacidade de fazer alianças com as classes populares, as hesitações da média-burguesia e do próprio Lacerda como político profissional, as dificuldades de deslocamento de representação se refletiriam na fragilidade dos meios de pressão da Frente Ampla sobre o Estado militar, e levariam ao consequente fracasso do movimento.

(21) Décio Saes, Op. cit., nota 18, p. 165.

CONCLUSÃO

No decorrer deste trabalho, procuramos caracterizar a Frente Ampla como sendo um fenômeno de crise e deslocamento de representação. A criação de um movimento de oposição, fora do sistema representativo estabelecido pelo regime militar, demonstra a baixa representatividade dos partidos criados pelo AI-2 e o descontentamento de parlamentares com tal situação. Por outro lado, a existência de lideranças marginalizadas e de interesses de classe não incorporados pela política econômico-financeira do estado militar, completam o cenário para o aparecimento de um movimento extrapartidário como a Frente Ampla.

O movimento fracassou. As dificuldades de deslocamento de representação não foram superadas. A Frente Ampla não conseguiu mobilizar o apoio dos setores que pretendia representar.

Para Lacerda, o fracasso da Frente Ampla significou não apenas o fracasso de um movimento, mas também o fim de sua carreira como político profissional. Em dezembro de 1968, Lacerda teria os seus direitos políticos cassados pelo AI-5. Caía a última liderança civil do movimento político-militar de 1964.

BIBLIOGRAFIA

1. ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984), Petrópolis, Vozes, 1984.
2. BANDEIRA, Moniz. O Governo João Goulart, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
3. BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. A UDN e o udenismo, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
4. _____. O Governo Kubitschek, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
5. CARDOSO, Fernando Henrique. Autoritarismo e Democratização, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
6. CRUZ, Sebastião C. Velasco e MARTINS, Carlos Estevam. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da "abertura". In: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria H. Tavares de (orgs.). Sociedade e Política no Brasil pós-64, São Paulo, Brasiliense, 1984.
7. FIGUEIREDO, Marcus. A Política de Coação no Brasil pós-64. In: KLEIN, Lúcia e FIGUEIREDO, Marcus. Legitimidade e Coação no Brasil pós-64, Rio de Janeiro, Forense, 1978.
8. FILHO, Luís Viana. O Governo Castelo Branco, Rio de Janeiro, José Olympio, 1976.
9. GOMES, Lúcia Maria Gaspar. Cronologia dos Governos Castelo Branco e Costa e Silva, In: Dados 2, 3 e 4, Rio de Janeiro, 1970.
10. GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas, São Paulo, Ática, 1987.
11. IANNI, Otávio. Estado e Planejamento no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

12. LACERDA, Carlos. Depoimento, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.
13. _____. Palavras e Ação, Rio de Janeiro, Record, 1965.
14. LINZ, Juan. The Future of an Authoritarian Situation or the Institutionalization of an Authoritarian Regime: The Case of Brazil. In: STEPAN, Alfred. Authoritarian Brazil: Origins, Policies and Future, New Haven, Yale Univ. Press, 1973.
15. MELLO, Jayme Portella de. A Revolução e o Governo Costa Silva, Rio de Janeiro, Guavira, 1979.
16. O'DONNELL, G. Desenvolvimento Político ou Mudança Política ? In: PINHEIRO, Paulo Sergio (org.). O Estado Autoritário e Movimentos Populares, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
17. OLIVEIRA, Francisco. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. In: Estudos CEBRAP 2, São Paulo, outubro 1972.
18. OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. As Forças Armadas: Política e Ideologia (1964-1969), Petrópolis, Vozes, 1978.
19. PEREIRA, Luís Carlos Bresser. Desenvolvimento e Crise no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1983.
20. PICALUGA, Isabel Fontanelle. Partidos Políticos e Classes Sociais: a UDN na Guanabara, Petrópolis, Vozes, 1980.
21. PCB: Vinte Anos de Política: 1958-1979 (documentos), São Paulo, LECH, 1980.
22. QUARTIM, João. A Natureza de Classes do Estado Brasileiro, mimeografado, s/d.
23. SAES, Décio. Classe Média e Sistema Político no Brasil, São Paulo, Queirós, 1985.
24. SINGER, Paul. A Crise do Milagre, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

25. SINGER, Paul. A Evolução da Economia Brasileira: 1955 - 1975. In: Estudos CEBRAP 27, Julho/Agosto/Setembro de 1976.
26. SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Castelo a Tancredo, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
27. SHILLING, Paulo. Como se Coloca a Direita no Poder, São Paulo, Global, 1979, Vol. I.
28. SOARES, Glaucio Ary Dillon. As Bases Ideológicas do Lacerdismo. In: Revista Civilização Brasileira nº 4, Ano I, Setembro/1965.
29. STEPAN, Alfred. Os Militares na Política, Rio de Janeiro, Artenova, 1975.
30. TAVARES, Maria da Conceição e ASSIS, J. Carlos de. O Grande Salto para o Caos, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.
31. TAVARES, C. e MENDONÇA, F. Conversações com Arraes, Belo Horizonte, Vega, 1979.
32. TOLEDO, Caio Navarro de. O Governo Goulart e o Golpe de 64, São Paulo, Brasiliense, 1982.
33. WEBER, Max. Ciência e Política: Duas Vocações, São Paulo, Cultrix, s/d.
34. WEFFORT, Francisco. O Populismo na Política Brasileira, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.